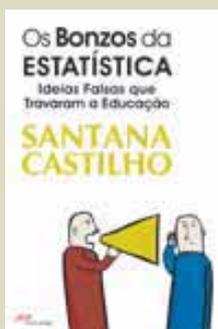


LEITURAS



**Os bonzos da estatística:
Ideias falsas que travaram
a educação**

Castilho, Santana (2009)
Edições Pedagogo, Mangualde

Juntando uma série de artigos escritos no diário Público entre Março de 2005 e Agosto de 2009, Santana Castilho elabora um diagnóstico demolidor sobre as políticas educativas do Governo de maioria absoluta do Partido Socialista. Para o articulista a retórica propagandista do Ministério da Educação apenas serviu para encobrir deficiências estruturais do sistema educativo que não foram superadas, mas apenas adiadas através do método da fuga para a frente. A igualdade de oportunidades, elemento ideológico orientador da retórica governamental, tem como medida emblemática a extensão da escolaridade obrigatória até aos 18 anos. No entanto, verifica-se que, na prática, já é difícil manter os jovens até aos 16 anos, pelo que subir a fasquia por mais dois anos poderá revelar-se não

apenas um desastre pedagógico, mas também um processo de nivelamento por baixo dos conhecimentos reduzidos à sua expressão mais elementar e indigente, como de resto já está a acontecer. Mas isso significa que são precisamente os jovens provenientes das famílias com menores recursos a serem colocados em segundo plano, pois os outros podem ter acesso a escolas exclusivas e selectivas pagas a peso de ouro. Eis como a retórica da igualdade de oportunidades, típica da ideologia social-liberal que norteou a prática governamental e o ministério de Maria de Lurdes Rodrigues, esconde uma realidade em que as desigualdades não têm cessado de agravar-se.

Outra figura da retórica do passado ME foi a de que melhorou as condições de trabalho dos professores. Só quem desconhece totalmente as escolas pode preferir uma afirmação tão leviana e irresponsável. Basta pensar, como refere Santana Castilho, no brutal aumento da carga burocrática de trabalho, nas reuniões intermináveis e inúteis, no prolongamento real do horário de trabalho, não esquecendo a competição que um modelo de avaliação inexecutável e absurdo instaurou entre os professores, quando a qualidade de ensino só poderá melhorar através da cooperação e da entre-ajuda. E tudo isto envolto nesse famoso plano tecnológico zorrinhiano que, apesar de pretender louvavelmente resolver o problema da iliteracia informática da população portuguesa, ignora que a distribuição de computadores Magalhães e outros artefactos tecnológicos a granel é apenas parte do problema e não parte da solução. Não é verdade que esta medida pouco tem contribuído para melhorar a qualidade dos conhecimentos e a formação do espírito crítico num ensino em que os conteúdos programáticos são cada vez mais superficiais e em que as chamadas pedagogias interactivas apenas têm servido para reduzir a capacidade de concentração dos alunos ao voo de uma inconstante mosca? Que alternativas a este activismo fátuo que visa apenas uma efémera propaganda que tudo destrói e nada cria: “consagrar a autoformação dos professores”; “retomar a cooperação entre os professores, que a competição artificial de uma avaliação de desempenho sem sentido nem ética destruiu”; “expurgar os progra-

mas escolares de orientações didácticas e metodológicas sem sentido, que desorientam e castram a autonomia científica e pedagógica dos docentes e reduzem ao ridículo a solidez cognitiva das disciplinas” (pp. 311-12).

Mas não será já demasiado tarde?...

BLOGS



<http://medicosdomundo.blogspot.com/>

Organização não governamental (ONG) de ajuda humanitária e cooperação para o desenvolvimento, sem filiação partidária ou religiosa, a prestação de cuidados globais de saúde é o pilar da acção de Médicos do Mundo. Não combatem apenas a doença; lutam por fazer chegar aos mais desprotegidos um conceito alargado de saúde. O seu lema é “Lutamos contra todas as doenças, até mesmo a injustiça”.



<http://portugaldospiqueninos.blogspot.com/>

“Portugal dos Piqueninos”, um blogue genuinamente alentejano: com um grafismo único e imagens cuidadosamente produzidas pelo autor, cheias de humor e sentido crítico, o José Espremido até ao Tutano, assim como o próprio se baptizou.



<http://circolusitano.blogspot.com/>

Blogue de António Avelãs, Presidente do SPGL e como o próprio refere: CIRCO de diversão, CIRCO de exercícios arriscados (mas sempre com rede), CIRCO de palhaçadas tão verrinosas quanto possível, CIRCO de números variados (política, educação, arte, livros...) e onde o público pode intervir: aplaudindo, assobiando e, no limite, pateando.



Dizem que a esperança é a última coisa a morrer

Dizem os jornais que dentro de 10 dias teremos governo. Saberemos então quem ocupará a pasta da Educação. E se continuará a divisão entre Superior e Não Superior. Não lhes darei conselhos, que certamente ele ou ela ou eles ou elas serão bem mais avisados que eu - caso contrário não seriam ministros. Mas nada me impede de lhes mostrar algumas preocupações e fazer algumas exigências - que sindicalista que não faça exigências não faz sentido.

Portanto, senhor ministro, ou senhora ministra:

- Não se esqueça que os professores são o coração da escola. Os alunos? Certamente que são muito importantes, mas o que faz uma escola ter boa qualidade é o bom trabalho dos seus docentes. Os pais? Esses são por vezes muito abusadores. A muitos subiu-lhes à cabeça o poder de mandar nos professores, de os avaliar, de os submeter aos seus juízos infundados e acríticos. Maria Lurdes quis “empoleirar-se” neles para guerrear contra os professores. Com o resultado que se sabe. E não se esqueça que quase todas as escolas têm falta de auxiliares (eu sei que agora não se chamam assim, mas é para nos entendermos). A propósito: eles ganham tão mal! Não se poderá fazer mesmo nada por eles?

- A construção de uma escola pública de qualidade para todos tem de ser mais do que um “slogan” ou uma piedosa intenção. E para isso há que apostar no real sucesso dos alunos. Sublinho real sucesso. É que da antecessora ficou muito vincada a ideia de trabalhar mais para o sucesso estatístico do que para um verdadeiro sucesso educativo. E o sucesso dos alunos supõe professores dedicados, bem preparados, mas também respeitados. Maria de Lurdes pensou que nos vencia humilhando-nos: perdeu ela, perderam os professores, perdeu a escola.

- Saiba sr/sr^a ministro/a que receberá uma classe profundamente descrente, contando tristemente os anos que lhe faltam para a ansiada aposentação. Terá V. Exa de encontrar algo que lhe renove o ânimo, que lhe devolva o prazer de ensinar e de estar na escola. Não é fácil, mas aqui ficam alguns conselhos: suspenda essa coisa sem sentido do modelo de avaliação de desempenho dos professores e trabalhe com os sindicatos e com especialistas num modelo que valha a pena. Desafio-o(a) a estudar a proposta da FENPROF - não se deixe levar pelos ignaros impropérios da equipa que o(a) antecedeu. Racionalize os nossos horários: gastamos horas e horas nas escolas em intermináveis reuniões, em aulas de substituição que não servem para nada, em trabalhos chamados “de gestão” e burocracias do mesmo jaez.

- Saiba também que esta coisa de professores de 1^a (os titulares) e os de 2^a (simplesmente professores) não colhe. Não tem raízes, é um enxerto estranho na dinâmica das escolas. Não é fácil desfazer o novelo tecido por Maria de Lurdes? É uma questão de coragem, lucidez e bom senso. Conte com os professores. Sinceramente, desejo-lhe boa sorte. Mas não se esqueça que a sorte também se conquista. Saiba V. Exa conquistar a alma dos professores - eles que são o coração da Escola. E não se esqueça: o papel dos sindicatos nesta tarefa é imprescindível. São um pilar insubstituível num regime democrático, são, com os professores e educadores, construtores do futuro. ■



ficha técnica:

Director: António Avelãs . **Chefe de Redacção:** Manuel Grilo . **Conselho de Redacção:** Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires, Delfim Campos . **Redacção:** Lúgia Calapez. **Paginação e Grafismo:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha. **Composição:** Idalina Martins, Lina Roque . **Revisão:** Luisa Pereira . **Impressão:** SOGAPAL, SA. - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Carnaxide . **Edição e Propriedade de:** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . **NIPC:** 501057528 **Periodicidade:** Mensal. **Tiragem:** 29 000 **Depósito legal:** 9157/85 . **ICS:** 109893.

Neste número:

2 Sugestões

4 BD . Contactos

5 Dossier

Formação Contínua

12 Reportagem

Abrir portas, construir comunidade

16 Escola/Professores

16. Revisão dos Estatutos do SPGL

17. Profissionalização pela Universidade Aberta

19. Concursos

20. Horário de Trabalho

22. Ilegalidades no grupo GPS

23. Manifesto Feminista

24. Dia da Plantação da Árvore

25. Os partidos e o ensino superior

26. Negociação IPSS 2009

27. Professores e Educadores Aposentados

28 Internacional

28. 5 de Outubro - Investir nos professores

29 Opinião

É preciso reinventar a Linguagem

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Progressão na Carreira, Professores Títulares



Concursos, estatísticas e aldrabices

PÁGINA 19



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO N.º 232 OUTUBRO 2009

■ Formação Contínua

Uma preocupante “confusão e indefinição” é o estado actual do regime jurídico da formação contínua. Num texto em que denuncia essa realidade, António Avelãs deixa alguns alertas e lembra o contributo muito positivo da FENPROF para a sua definição futura.

Joaquim Sarmento, numa perspectiva de “tensão entre o desejável e o possível”, relembra a história da formação contínua em Portugal e sublinha a urgência de a repensar e da definição do seu futuro.

No texto que encerra este Dossier, Ana Gaspar e Luís Viana referem e valorizam o exemplo concreto do Instituto Irene Lisboa e do seu núcleo de Lisboa e a necessidade de reforço da sua intervenção, nomeadamente nas áreas de estudo de temas relativos ao ensino e à educação, bem como à cooperação ao nível da investigação.■

Um regime jurídico abortado, um regime jurídico necessário

António Avelãs

Presidente do SPGL

Tal como em outros domínios, a equipa de Lurdes Rodrigues mergulhou a formação contínua dos professores numa preocupante confusão e indefinição.

Já em Junho de 2009 o ME apresentou um projecto de “Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores”, documento que porém viria a retirar. O texto apresentado era bastante vago, apontando, em questões fulcrais, para futuras regulamentações – cujo desconhecimento tornava muito aleatória a análise do projecto. Contudo, algumas questões merecem cuidada atenção no sentido de acautelar um inevitável texto futuro.

É certamente justificável que a formação contínua assente no princípio de “adequação às necessidades das escolas, do sistema educativo e dos docentes”. Mas este inquestionável princípio dificilmente se coaduna com a indefinição de quem, na escola/agrupamento deve “realizar o diagnóstico das necessidades de formação” e “elaborar os planos de formação”, sobretudo se tivermos em atenção a subalternização de todas as estruturas pedagógicas perante o exacerbado poder conferido legalmente ao director. Poder que, no projec-

to apresentado, se torna mesmo caricato ao conferir ao director o poder de reconhecer a validade da “frequência com aproveitamento de disciplinas singulares (...) no âmbito do ensino superior.”

Um princípio de elementar justiça que deve presidir a um RJFC é o carácter gratuito das acções entendidas como obrigatórias. O projecto considerava que “*competete ao Ministério da Educação assegurar o financiamento das acções de formação contínua obrigatória para os docentes promovidas pelos centros de formação de associação de escolas, no desenvolvimento dos planos de formação aprovados pelos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas*”. Esta formulação deixa antever por um lado uma severa limitação: só seriam gratuitas as acções aprovadas pelas escolas. Por outro, o que aconteceria se as ofertas dos centros de formação fossem insuficientes para as necessidades de formação? É por isso que me parece ser errado o afastamento da formação contínua de outras estruturas, limitando-a aos Centros de Formação dos Agrupamentos. Recorde-se a título de exemplo o papel importante e de serviço aos docentes desempenhado pelo Instituto Irene Lisboa e pelo Centro de Formação do SPGL, agora afastados do processo, a

menos que se sujeitem a acções não financiadas e eventualmente não creditadas, ou a pouco claras contratualizações com os Centros de Formação.

Outro aspecto a garantir em próximo diploma é a possibilidade de diferentes modalidades de formação (seminários, círculos de estudo, estágios...), questão que o projecto olímpicamente ignorava e que, a manter-se, empobrecerá todo o processo.

Curiosamente, entre as “Finalidades” fundamentais da formação contínua não constava, neste projecto, a relevância para a progressão na carreira. Lapsos ou implícito reconhecimento das dificuldades criadas pela escassez de oferta? Registe-se que a escassez de oferta pelos Centros de Formação está já a criar dificuldades na “avaliação” dos docentes em curso.

A FENPROF enviou o seu parecer relativo a este projecto em 26 de Junho. Ele continuará a ser um contributo muito positivo para a definição futura de um Regime Jurídico de Formação Contínua. Esperemos que a capacidade negocial e a competência técnica e pedagógica da futura equipa ministerial sejam muito superiores às reveladas pela equipa cessante. E que, sem preconceitos, considere os contributos enviados. ■

A tensão entre o desejável e o possível



Joaquim Sarmento

Prof. 2º Ciclo, ex-director do Centro de Formação
Rui Grácio

Todos estaremos de acordo em considerar a formação contínua dos professores, à semelhança das restantes profissões científico-intelectuais, um recurso vital para o desenvolvimento da cultura docente e para o bom desempenho da missão educativa dos professores e educadores.

No entanto, num breve olhar sobre o nosso passado recente, torna-se evidente a reduzida relevância atribuída pelo poder político a uma dimensão estratégica para o desenvolvimento da educação e a construção de saberes e identidades singulares e colectivas, onde ganham centralidade os alunos e as aprendizagens com sentido de futuro.

A própria classe docente, na sua crescente diversidade e complexidade, não elegeu a formação contínua como uma prioridade, nas lutas que decidiu travar em democracia, para satisfazer legítimas aspirações e reivindicações profissionais.

1. APONTAMENTOS E MEMÓRIAS DA FORMAÇÃO CONTÍNUA

Revisitando a história da educação em Portugal no pós-guerra, somos surpreendidos pela acção persistente e ousada de Rui Grácio, que no Sindicato de Professores do Ensino Particular dinamizou iniciativas pioneiras de formação contínua, vigiadas de

perto pelo Estado Novo, que era adverso às aventuras do conhecimento, incentivadoras do pensamento divergente e do espírito crítico.

A necessidade de investir na formação e actualização profissional dos professores, viria a ser sentida na fase “marcelista” do Estado Novo, no contexto da chamada “Reforma Veiga Simão”.

Estava então a iniciar o meu percurso profissional e lembro-me de ter frequentado, juntamente com outros colegas, da minha e de outras áreas disciplinares, diversas acções de formação, vocacionadas para as didácticas e evoluindo por vezes, consoante as características dos formadores, para a abordagem da relação pedagógica em contexto educativo. Com a Revolução de Abril, estes itinerários formativos foram

surpreendidos por uma nova conjuntura política, onde os professores assumiram um forte protagonismo nas transformações que se vieram a operar na sociedade portuguesa, nas escolas e no sistema educativo.

Nos primeiros anos de democracia política, a formação contínua não mereceu especial atenção por parte do novo poder instituído, nem das estruturas sindicais de professores.

O SPGL introduziu então a feliz ideia de organização de jornadas pedagógicas, com recurso ao voluntariado de alguns especialistas e doutorados em ciências da educação por universidades estrangeiras.

Nestas dinâmicas formativas, merece especial relevo o seminário organizado em Novembro de 1979, que reuniu durante dois dias cerca de seiscentos professores, contou com a colaboração de dirigentes sindicais, professores universitários e especialistas nos domínios da educação.

A importância da formação contínua é de novo assumida pelo poder político, no final da década de oitenta, sob a égide da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, tendo como principal objetivo preparar os professores para os desafios dos novos programas e da Reforma do Sistema Educativo que se pretendia implementar.

A necessidade de formação contínua foi inscrita no Estatuto da Carreira Docente dos professores dos ensinos básicos e secundários e consagrada como uma das modalidades de formação, que viria, em 1992, a inspirar a redacção do Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores. Este novo enquadramento legal impulsionou a criação de Centros de Formação em todo o país, tendo na sua génese as associações de escolas dos diferentes graus de ensino básico e secundário, gerando modalidades de cooperação nunca antes experimentadas

entre instituições educativas.

A sustentação da generalização da formação contínua, tendo como principais promotores os CEFAE e as Universidades, só foi possível graças à mobilização de fundos comunitários, geridos no âmbito da medida 1.2. do PRODEP.

Superando as expectativas, os Centros de Formação promoveram uma imensa oferta formativa, que na nesta fase inicial se restringia a acções de formação com características mais académicas, designadas com alguma ironia por formação “pronto a vestir”, evoluindo depois, para novas modalidades aprovadas pelo Concelho Científico da Formação Contínua, mais vocacionadas para a partilha e reflexão das práticas pedagógicas, onde ganharam mais notoriedade as oficinas e os círculos de estudos. Este impressionante movimento de formação, feito com imenso voluntarismo, muita inexperiência e lacunas de formação por parte dos directores dos CFAE e das respectivas comissões pedagógicas, viria a ser interrompido abruptamente por Manuela Ferreira Leite, nova titular da pasta da educação, que veio publicamente desacreditar a formação iniciada nas condições anteriormente referidas, invocando alguns exemplos polémicos e menos felizes.

A este compasso de espera seguiu-se novo impulso na actividade dos CFAE, enquadrado por novas alterações ao Regime Jurídico, mas estando longe de corresponder à desejável conjugação entre as necessidades de formação identificadas pelas escolas e sistema educativo e os planos de formação elaborados pelos Centros de Formação, para a livre escolha dos professores e educadores.

Entre as tensões e interesses mais ou menos evidentes, esteve sempre implícito o conflito entre a natureza da formação promovida

pelos Centros de Formação e a oferta formativa das instituições de Ensino Superior, que viam na formação contínua uma potencial fonte de receitas, para reforçar a sua débil situação financeira.

Ao longo dos dezasseis anos de existência dos Centros de Formação, muitos foram os avanços e recuos, as hesitações e indefinições, mas enquanto houve acesso aos fundos comunitários geridos pelo PRODEP, a formação contínua foi decorrendo com relativa normalidade.

Com a diminuição progressiva dos apoios externos, que numa primeira fase se fizeram sentir na Zona da Grande Lisboa, foi diminuindo a formação oferecida pelos CFAE, tendência que foi interrompida no último ano para responder às solicitações do novo modelo de avaliação de desempenho dos professores.

O novo ciclo que se avizinha vai exigir financiamento directo do orçamento de estado, sendo previsível a definição de medidas restritivas e a subordinação da formação contínua dos professores às diferentes conjunturas políticas.

2. É URGENTE REPENSAR A FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES

Numa conferência sobre o “Desenvolvimento Profissional dos Professores para a qualidade e para a equidade da Aprendizagem ao longo da Vida”, em Setembro de 2007, António Nóvoa fez uma interessante comunicação com o sugestivo título “O regresso dos professores”. O ilustre reitor da Universidade de Lisboa defendeu então que “é preciso passar a formação de professores para o centro da profissão”, reforçando dispositivos e práticas de formação baseados na investigação, sublinhando “a necessidade de os professores terem um lugar pre-

dominante na formação dos seus pares”.

Nesta intervenção, proferida no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, defendeu António Nóvoa que é urgente revalorizar a função docente, dando outra visibilidade e nova centralidade aos professores, que segundo ele perderam importância com o crescente protagonismo e relevância dos especialistas nacionais e internacionais e dos responsáveis pela formação de professores.

Para esta afirmação dos professores, considera necessário superar as “tradições individualistas” no seio da profissão, vencer os constrangimentos burocráticos e apostar na colegialidade, na partilha entre pares e na institucionalização de culturas mais colaborativas.

Em tempo de crise e de mal-estar profissional, é necessário repensar a profissão e os caminhos necessários para a reconstrução de identidades, desafiando a capacidade reflexiva dos professores e investindo necessariamente na auto-formação e na requalificação da formação.

Segundo Harcreaus e Fullen (1992), citados por Sérgio Niza na conferência de abertura do XXXI Congresso do Movimento da Escola Moderna, a formação de professores deverá assumir três orientações estratégicas diferentes e complementares:

- A formação vocacionada para o desenvolvimento do conhecimento do professor, visando reforçar as suas competências científicas e pedagógicas.

- A formação direccionada para a compreensão das suas práticas e concepções, promovendo percursos de auto-reflexão.

- A formação potenciadora da mudança ecológica do professor, no contexto educativo onde está inserido e em estreita interacção com os seus pares.

Seria desejável que os decisores políticos e os agentes de formação tivessem em consideração as

orientações e recomendações dos especialistas aqui citados, nomeadamente nesta fase de reorganização e reorientação da formação contínua.

Mas a nós professores e às nossas organizações representativas, (sindicatos e associações profissionais), cabe-nos um papel insubstituível na luta pela dignificação da profissão docente, assumindo cada vez mais a necessidade de nos afirmarmos como professores reflexivos e investigadores persistentes, em partilha e cooperação.

3. QUE FUTURO PARA A FORMAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFESSORES?

Passados dezassete anos sobre o primeiro Regime Jurídico da Formação Contínua dos Professores e Educadores e dezasseis anos de funcionamento dos Centros de Formação de Associações de Escolas, é tempo para fazer o balanço da formação desenvolvida e realizar uma avaliação prospectiva, objectiva e exigente.

O Ministério da Educação e o Governo da República, como aconteceu com o Estatuto da Carreira Docente e o novo modelo de Gestão e Administração Escolar, preparam-se para aprovar um novo Regime Jurídico (documento entretanto retirado) sem integrar

os contributos e recomendações resultantes da avaliação da formação contínua de professores (avaliação que não divulgou e eventualmente não fez).

Tal como nas restantes medidas de política educativa que introduziu no Sistema Educativo, a maioria absolutíssima do Partido Socialista legislou até ao final da legislatura, na sua habitual prepotência e sem qualquer negociação com as organizações representativas dos professores.

Não nos surpreende este comportamento, mas é doloroso para nós professores porque compromete o futuro da educação e da formação contínua e revela uma imensa falta de inteligência política, pois o elementar conhecimento do funcionamento das organizações recomenda o envolvimento activo dos intervenientes nos processos de mudança, na concepção e concretização das reformas que se desejam implementar.

Este novo impulso legislativo parece apostar na decomposição do regime Jurídico consagrado num único diploma (DL 249/92) em três ou quatro diplomas, remetendo para posterior

r e -



gumentação o sistema de acreditação da formação contínua, o funcionamento do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua e o funcionamento dos CFAE.

Movidos talvez pelo calendário eleitoral surgem vários diplomas diferidos no tempo, não sendo possível apreender a coerência e o alcance das mudanças que se pretendem introduzir.

Entre as novidades anunciadas é evidente a definição de nova ordem de prioridades na organização da formação, cabendo aos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas a elaboração dos planos de formação e aos Centros de Formação a responsabilidade de responder a essas solicitações, admitindo-se a possibilidade destes poderem recorrer, se necessário, a outras entidades formadoras.

Nesta nova concepção, os professores ficam condicionados na sua liberdade de escolha da formação que pretendem para realizar o seu projecto de intervenção profissional, podendo no entanto recorrer a formação sem financiamento estatal, para suprir as suas necessidades formativas, não contempladas no plano de formação da sua Escola ou Agrupamento.

Não sendo explícitas no referido projecto-lei as modalidades de formação previstas, não é possível perspectivar a natureza da formação preconizada, mas parece evidente que estamos mais longe das características formativas preconizadas na segunda parte deste artigo de opinião.

Parecem estar comprometidos os itinerários formativos mais vocacionados para o reforço de percursos de investigação-acção e de cooperação entre professores, assim como os contributos nos domínios da formação contínua, dados pelas associações profissionais e sindicais, o que a confirmar-se configura uma perda para a cultura profissional docente.

A ideia de dar primazia às escolas na definição das necessidades de formação dos professores, técnicos de educação e demais funcionários não é nova. Lembro-me

desta perspectiva ter sido defendida por alguns centros CFAE, quando consultados para a reformulação do Regime Jurídico da Formação Contínua, no início do governo de António Guterres.

Defendíamos então que cada professor deveria ser convidado a elaborar o seu Plano Plurianual de Formação e que cada escola, tendo em conta as necessidades explícitas dos seus professores, as orientações estratégicas do seu projecto educativo e os desafios colocados pelo Sistema Educativo, deveria elaborar, com a colaboração do respectivo Centro de Formação, o Plano de Formação para desenvolvimento durante o mandato do Conselho Executivo. Nesta perspectiva, caberia aos CFAE elaborar os seus Planos Plurianuais de Formação, contemplando as necessidades expressas pelas escolas associadas, mas também as propostas de formação formuladas pelo Ministério da Educação e instituições das comunidades educativas, onde teriam especial relevo as autarquias.

A criação de redes de Centros de Formação, sem estarem previstas no quadro legislativo, procurou alargar e qualificar as ofertas formativas numa visão regional e sistémica.

A lógica implícita no documento em causa parece ir neste sentido, mas está comprometido na sua génese pelo carácter unipessoal da gestão e administração escolar, delegando no director o poder absoluto de decidir sozinho sobre todas as dimensões da vida dos agrupamentos ou escolas isoladas.

Na formação contínua de professores, com as alterações previstas, iremos assistir a práticas muito divergentes e contraditórias, demasiado dependentes das características pessoais, do perfil e da sensibilidade e formação do director.

O próprio Conselho Pedagógico, órgão de natureza científica e pedagógica, passou a corresponder exclusivamente aos desígnios do director, uma vez que os conselheiros que o integram foram por

ele designados.

Será expectável que alguns planos de formação integrem os resultados de eventuais auscultações aos professores, outros correspondam apenas à vontade política do director, que poderá ter ou não o bom senso de incorporar os contributos do director do centro de formação da sua área ou de especialistas a quem solicite colaboração.

Mas como escreveu Camões:

Todo o mundo é composto de mudança,

Tomando sempre novas qualidades.

Fica-nos a esperança de que esta e outras medidas de política educativa, entre elas o Estatuto da Carreira Docente, o novo modelo de Gestão e Administração Escolar e a Avaliação de Desempenho dos Professores sejam reversíveis, dependendo naturalmente de todos nós professores e educadores e da livre decisão dos restantes concidadãos. ■

Bibliografia utilizada:

- ALARCÃO, Isabel (organização) - Formação Reflexiva de Professores, Estratégias de Supervisão, Porto Editora, colecção Cidine, Porto, 1996.
- AMIGUINHO Abílio e CANÁRIO, Rui - Escolas e Mudança: O Papel dos Centros de Formação, Educa., Lisboa, 1994.
- BARROSO, João (organização) - Escola Pública, Regulação, Desregulação e Privatização, edições ASA, Lisboa, 2003.
- NIZA, Sérgio - Formação Cooperada, Educa/Movimento da escola Moderna, Lisboa, 1997.
- NÓVOA, António e Thomas Popkewitz - Reformas Educativas e Formação de Professores, Educa, Lisboa, 1992.
- SPGL - Seminário sobre Formação de Professores, Escola/Separata, Lisboa, 1980.



O IIL e a Formação

Luís Viana/Ana Gaspar

Direcção do SPGL



Dossier

FORMAÇÃO CONTÍNUA

No seu 9º Congresso a FENPROF definiu a necessidade de a Formação Contínua fornecer aos professores uma formação adequada nos âmbitos científico e pedagógico e também nos domínios da ética e da cidadania, de acordo com os princípios seguintes:

- reconhecimento da formação contínua como direito e dever dos docentes;
- elevado grau de exigência e qualidade;
- esforço permanente de actualização;
- reconhecimento da experiência profissional como mais-valia;
- gratuidade da formação.

Deve, assim, ser centrada na escola e nas suas necessidades reais, contribuindo para uma identificação profissional e para uma maior afirmação da dignidade da carreira docente.

A Formação Contínua deve ainda ter presente, da concepção à realização, a organização quotidiana da vida escolar e as condições necessárias a um trabalho cooperativo. Nesse mesmo Congresso, a FENPROF considerava que: “O IIL tem prosseguido o objectivo de actualização científica e peda-

gógica dos docentes, através de acções de formação contínua, explorando as várias temáticas ainda possíveis e diversas modalidades de formação. A FENPROF defende uma maior intervenção do IIL, como decorre do seu estatuto, nas áreas de estudo de temas relativos ao ensino e à educação, bem como à cooperação ao nível da investigação. A título de exemplo, o IIL poderá, num futuro próximo, dar corpo à necessidade premente de contribuir para uma avaliação do impacto real do actual processo de formação contínua nas práticas das escolas.”

No caso concreto do núcleo de Lisboa, o Instituto Irene Lisboa pautou a sua intervenção por um esforço de adequação às necessidades expressas pelos formandos, sem ignorar, logicamente, as prioridades impostas pela tutela.

É disso exemplo a formação em áreas como a metodologia do trabalho de projecto, ou as bibliotecas escolares, ou ainda a utilização pedagógica das TIC, sem esquecer a colaboração com as Jornadas Pedagógicas da delegação de Santarém do SPGL.

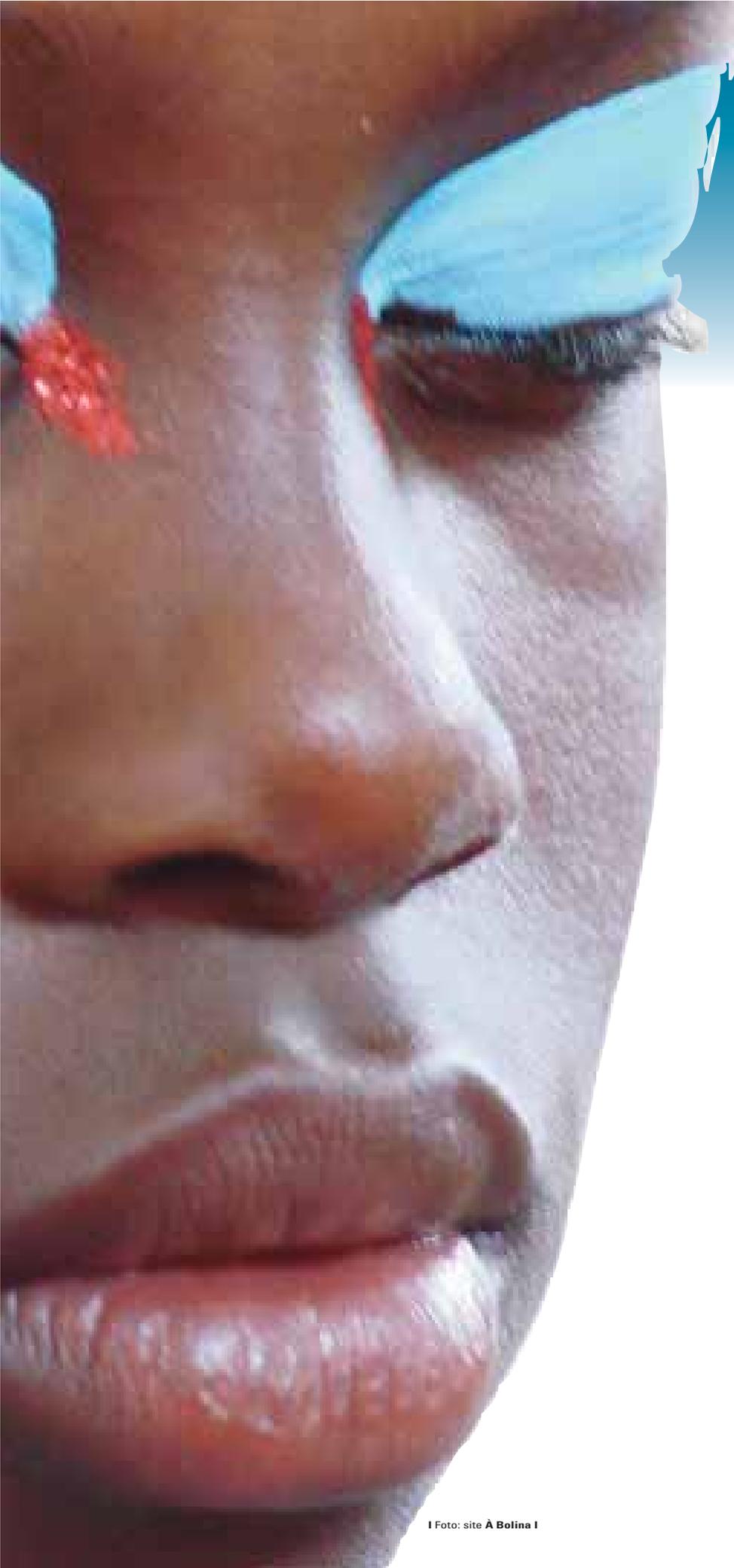
Nos últimos anos os planos de formação foram progressivamente reduzindo a sua oferta, em parte pela quebra de procura devida ao “congelamento” nas progres-

sões e também devido ao afunilamento de opções enquadradas nas prioridades do ME.

No passado ano lectivo, submetemos a nossa candidatura ao programa PopH com as seguintes acções de formação: Metodologia de Trabalho de Projecto, Bibliotecas Escolares e Utilização Pedagógica das TIC e MS Powerpoint como Ferramenta Didáctica. Estranhamente – ou não –, fomos tardiamente notificados da decisão de arquivamento da candidatura. Fizemos questão de realizar as acções, para não prejudicar os nossos sócios.

Neste momento, o SPGL estuda as hipóteses de prossecução do nosso trabalho, sendo para nós claro o princípio da gratuidade da formação e da assunção do nível de qualidade a que habituámos os nossos sócios, e apesar do tratamento, quanto a nós discriminatório, da tutela.

O nosso desiderato sindical de “centrar a formação contínua dos profissionais da educação na qualificação do serviço público prestado pela escolas, nomeadamente, no que concerne ao processo de ensino-aprendizagem e à consequente melhoria dos resultados escolares (Desp. N° 18038/08)” será cumprido. Esse é o nosso compromisso. ■

A close-up, high-angle photograph of a person's face, focusing on the eye and nose. The person has dark skin and is wearing bright blue makeup on their eyelids and nose. The lighting is dramatic, highlighting the texture of the skin and the vibrant colors of the makeup.

Escola EB 2, 3 Bartolomeu

Abrir po constru

Quinta do Mocho, Terraços da Ponte (os nomes variam tentando marcar as diferenças entre realidades do antes e depois do realojamento). Ou ainda Quinta da Serra, um bairro em que, enquanto se espera pelo realojamento, se vive numa zona pontuada pelos destroços de casas entretanto derrubadas. Bairros marcados por graves carências e problemas sociais. Mas onde também se afirmam projectos e perspectivas de esperança. Projectos e perspectivas de que a Escola EB2.3 Bartolomeu Dias é participante activa.

Foi para conhecer e divulgar um pouco desta realidade que nos reunimos num fim de tarde na escola, com Piedade Parente, directora do Agrupamento de Escolas de Sacavém e Prior Velho, Cristina Ribas, professora de Música e directora da turma PIEF, Floresbela, presidente da Associação Sócio-Cultural da Quinta da Serra, Kedy Santos, mediador sócio-cultural do projecto Esperança, José Camilo, do projecto Esperança e da Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho. E Sílvia Baptista, assessora da directora no programa PIEF, a *ponte* entre a escola e o bairro, a organizadora deste encontro. Que acabou por ser também uma viva troca de experiências e delinear de novas *pontes*.

Portas, Abrir comunidade



Atônica transversal a todo o encontro foi valorizar o que de bom se faz, as potencialidades, a esperança, o que se consegue construir, os caminhos que se consegue abrir, mesmo quando as circunstâncias são tão adversas. Mas muito naturalmente o ponto de partida foi o dos gravíssimos problemas que marcam a vivência quotidiana dos alunos e da comunidade.

“A Sílvia foi homenageada este ano [ver notícia no EI de Setembro] porque é uma figura central da nossa escola, na perspectiva de integração dos alunos e de dar resposta à origem do problema. Porque a origem do problema, a nível pedagógico, só se resolve - ou melhor, as consequências do insucesso escolar só se resolvem - quando atacarmos as suas origens. As questões pedagógicas estão directamente relacionadas com os problemas dos miúdos.”

O mote estava dado, por Cristina Ribas. Em causa está a dimensão social dos problemas que se fazem sentir a nível pedagógico. E a necessidade de abrir portas, alternativas.

“Aquilo que eu pretendo – sublinha Piedade Parente - é, pensando nesses meninos e pensando nesses jovens, criar alternativas para os mesmos. Eu sei que essas alternativas nem sempre são bem vistas, nem sempre são bem recebidas. Mas, de qualquer maneira, tenho que lutar por aquilo em que acredito. Acredito que tenho que dar testemunho dos meus valores. E tenho que os pôr em prática. É isso que eu

faço. Tento todos os anos ter em conta os problemas dos nossos meninos, dos nossos jovens. E encontrar, não propriamente soluções, mas alternativas que os tirem da rua e que os tirem da marginalidade. E isso para mim é extremamente importante.”

Problemas graves e discriminação

Quando aqui se fala de problemas graves – para além das óbvias questões socio-económicas – está-se a falar de crianças que ficam praticamente todo o dia entregues a si próprias. “Se se trabalha muito, se sai cedo e se entra tarde, as crianças ficam o dia inteiro ao deus dará”, lembra Piedade Parente. Ou de pais que já não sabem o que fazer com os seus filhos. Que lhes dão tarefas e usam o chicote, como refere Cristina Ribas, porque, como dizemos aos professores, “se eu levei quando era pequeno e me fez bem, se eu agora bater nos meus filhos, eles também se vão tornar uns homens”.

“Estes pais vivem um drama enorme”, diz Cristina Ribas, sublinhando tratar-se da “reprodução de mecanismos sociais”. E pergunta: “E agora – que resposta é que damos a estes pais e a estas crianças?”

Uma questão que naturalmente coloca muitas outras. Como, por exemplo, a necessidade de “começarmos a agir em contextos de crianças que ainda são apenas bebés – porque o Centro de Saúde despista muitas vezes estes problemas quando são pequeninas – pois

de outro modo estamos a discriminar estas crianças”.

Porquê? Porque, ao não o fazer, se estão a afunilar as suas perspectivas escolares e profissionais.

“A via profissional não pode existir como última saída para os meninos que entretanto foram vítimas de problemas sociais gravíssimos a que nunca se deu resposta. Estas crianças, se tivessem tido uma actuação imediata, eficaz, nas suas famílias, desde pequeninas, poderiam escolher entre a Universidade, um curso profissional, um curso técnico, o que fosse – mas tinham alternativas.”

Um caso concreto: “havia (há) 60 sinalizações – e nós abrimos uma turma PIEF apenas. O que é que isto significa? – que, na realidade, há muitos jovens que já estão a ser discriminados por todos nós. Ou pelo governo, que não tem medidas eficazes. Ou por nós – que não lutamos, e que não fazemos ouvir a nossa voz e não usamos os meios necessários”.

Discriminações que devem constituir um alerta. “Temos de intervir activamente no sentido de não discriminar”. O que não impede – como lembrou Sílvia Baptista – “que todos nós aqui temos uma grande palavra a dizer em relação a todos os nossos alunos que conseguem chegar até ao fim, e tirar cursos – que são muitos, ainda.”

Investir mais nas pessoas

Investir nas pessoas pode ser, por exemplo, *promover reuniões com os pais*, em que “não íamos para falar nem de notas, nem de comportamento



Foto: site À Bolina

Fotos cedida pela EB2,3 Bartolomeu Dias

nas aulas, não íamos para falar de nada disso – era só partilha de dificuldades de educadores”, como refere Cristina Ribas. “Na primeira reunião, eu fui a primeira a partilhar uma dificuldade. E os pais deram-me uma solução para a resolver. E, a partir daí, todos os meses foi assim. Nunca tive menos de 12 pais, e cheguei a ter 22. Porque havia partilha. Porque os pais não se sentiam julgados”.

Ou apostar na mudança de mentalidades, no trabalho com jovens e famílias. “É importante inculcar nas pessoas que têm que ser elas a lutar pelos seus sonhos. E lutarem pelas suas formações - quer a nível escolar, quer a nível pessoal. Porque se ficarem somente à espera que as pessoas façam algo por elas, nunca conseguem sair. – diz Kedy Santos - Os miúdos às vezes retraem-se porque acham que não conseguem ir além, porque acham que vão sempre encontrar uma outra porta fechada”. E acrescenta: “Se queres mudar algo, tens que começar a ser tu a mudares a ti próprio”. Apresentando o exemplo concreto do grupo de hip-hop *O império suburbano*, que usa a música “como meio para atingir algo”. E “hoje já há mais grupos de jovens a querer fazer o que nós fizemos. Porque conseguimos transpor uma barreira que a eles parece impossível. E ao mesmo tempo fazemos uma música que educa. Que dá esperança.”

Ou ainda fomentar a participação. Como foi o caso de um curso promovido no bairro Terraços da Ponte, no quadro do projecto Esperança. Um curso sobre participação, com jovens, pais. “Todos os dias me estão a perguntar – então quando é que há mais curso? – diz José Camilo - Porque o curso

foi muito dinâmico, muito participativo. Falámos de problemas do bairro. Os pontos fortes, os pontos fracos. As oportunidades, as ameaças. Discutimos tudo.”

Construir comunidade

Múltiplos são os caminhos para a mudança, para abrir portas que a nível social muitas vezes o não estão. Floresbela, da À bolina, refere um exemplo concreto. Uma forma de inter-ajuda, em que os mais velhos ajudam os mais novos nos trabalhos escolares.

“Nós trabalhamos com os mais velhos para que eles tenham mais oportunidades e possam fazer coisas diferentes. E, em troca, eles acompanham os mais novos. Há um compromisso. E é uma coisa que tem trazido muito resultado. Aliás, uma das características desta nova fornada de jovens é este espírito de ajuda. Por exemplo, alguns estiveram connosco em Julho/Agosto (que são os meses mais complicados para nós) a dinamizar actividades. Promoveram vários ateliers, de teatro, de dança. Isto depois motiva os mais pequenos, que terão também tendência a tentar ajudar. Fica assim este espírito. E isso na comunidade é muito importante. Porque esse espírito de entreaajuda se está a perder. É uma forma de viverem a comunidade e de conseguirem ser também focos de dinamismo perante os outros.”

Esta inter-ajuda tem também a ver com a inter-relação escola-comunidade. As crianças “vão fazer os trabalhos de casa connosco, no projecto, e nós, ao fim do período, sabemos quanto é que cada um teve em cada teste de avalia-

ção, podemos falar com o director de turma para saber como é que está a situação naquele momento, que evolução é que houve, se há alguma matéria em que é preciso investir mais.” Relata Floresbela.

São pontes que se foram construindo entre escola e comunidade e que, nas palavras da presidente da Associação Sócio-Cultural da Quinta Da Serra, “são o pequeno mundo daquilo que se deveria construir em todas as escolas. O percurso de casa para a escola não é o desligar de um mundo para outro. É construir comunidade. Faz tudo parte. E a escola faz parte. É um percurso e não são coisas isoladas. E eu acho que, no caso deste agrupamento, está-se a construir esta comunidade. E este investimento está a dar frutos. E a pouco e pouco vai fortalecer aquilo que são os resultados práticos com as crianças e com as comunidades.”

A filosofia de base do PIEF

Transportar – a criança ou o jovem ou o adolescente – para a fase seguinte da sua vida, numa perspectiva de expectativas positivas, trabalhar com *pedagogia diferenciada*, “em que cada um é chamado a um desafio” – são tónicas do projecto PIEF. “Um projecto que projecta”, utilizando a expressão de Cristina Ribas.

Neste quadro – o que é que a escola vai fazer?

Antes do mais, haverá contactos quase quotidianos entre a técnica de intervenção local, que acompanha os jovens da turma PIEF, e os encarregados de educação. “Mas para dizer – o seu filho hoje fez um excelente texto de portu-



! Foto: site À Bolina !

guês, por exemplo. Diz o bom e diz o mau – mas valoriza”, sublinha a responsável pela turma.

Entretanto, e partindo do trabalho em equipa do conselho de turma, que funciona com base em projectos, avança-se com um primeiro projecto, de acolhimento, que envolve um jogo de percurso pela cidade, até ao *skate-parque*, em que os jovens deverão fazer o levantamento das profissões de que gostam. Segue-se o projecto de pintar e decorar as salas. Envolvendo uma equipa alargada que integra a equipa dos professores, os próprios jovens, os pais. “E talvez aqui o conceito de comunidade se comece a construir”, sublinha Cristina

Ribas. E refere alguns passos concretos deste projecto: “eu vou dar o timbre. Porque o timbre é a cor do som. O som também tem cor, que são os instrumentos. O professor de inglês vai dar as cores, quando eles estiverem a pintar a sala. A professora de Matemática vai dar áreas e perímetros – e eles vão medir a sala e vão fazer o projecto, vão ter que se orientar espacialmente”.

Desde modo se parte da realidade dos jovens, do ponto em que cada um está, e tenta chegar-se à fase seguinte. “Sempre expectativas positivas”.

Expectativas positivas que – num quadro particularmente difícil – enformam a própria filosofia da escola. Pois,

como disse, em jeito de conclusão, a responsável da turma PIEF, “a perspectiva é - as coisas boas que a escola tem e aquilo que se faz de bem. É aquilo que no fundo nos estimula a querermos ser nós a mudar para mudarmos tudo. Por um lado juntar sinergias. Mas por outro ajudar-nos a consciencializar que a mudança do mundo está nas nossas mãos.” ■

Site que vale a pena consultar:
<http://abolina.programaescolhas.pt/>

Nota sobre A REVISÃO DOS ESTATUTOS DO SPGL

A DIRECÇÃO DO SPGL

A revisão dos estatutos do SPGL faz parte do programa eleitoral com que a Direcção foi eleita. Fazia também parte do programa da lista derrotada. Pareceu à comissão executiva do SPGL que se deveria aproveitar este interregno, em que ainda não há governo, para lançar o processo, de modo a não perturbar excessivamente a actividade reivindicativa. Exigências estatutárias e o princípio de proporcionar aos sócios do SPGL um período de discussão e debate obrigam a fazer a votação apenas nos primeiros dias de Dezembro, sendo a entrega de projectos de revisão pelos sócios que o queiram fazer até 30 de Outubro. Os actuais estatutos são fruto de uma laboriosa e paciente negociação entre diferentes maneiras de pensar o SPGL. O esforço de conseguir consensos, porém, acabou por se traduzir em algumas redacções ambíguas e por vezes contraditórias. Tornava-se necessário eliminar essas distorções. Entendeu a Direcção do SPGL que a revisão deveria também procurar objectivos mais amplos que dessem uma expressão ainda maior à democracia que caracteriza o funcionamento do SPGL. Nesse sentido, a Direcção propõe-se orientar a revisão dos estatutos do SPGL pelos seguintes objectivos a atingir:

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DE UMA REVISÃO DE ESTATUTOS DO SPGL

1 - Simplificação da estrutura da direcção

A existência de três “níveis” de direcção (central, direcções regionais e direcções de zona) só tem justificação histórica: foi a maneira encontrada para obter mais créditos sindicais de acordo com a legislação então vigente. Com a alteração da legislação, nada justifica a sua continuação. A proposta menos radical é a e suprimir as zonas e “áreas académicas” enquanto estruturas

eleitas, integrando-as na Direcção Regional respectiva. Outra linha de análise seria criar um único nível de direcção, acabando com a divisão entre direcção central e direcções regionais.

2 - Facilitar a apresentação de listas

Este desiderato já foi tido em conta nos actuais estatutos com a possibilidade de se concorrer apenas a direcções regionais e a zonas, ao Conselho Geral, e ao Conselho Fiscal.

Pode-se ir mais longe, nomeadamente:

- Reduzindo o número mínimo de candidatas a apresentar obrigatoriamente para concorrer à Direcção Central e às Direcções Regionais
- Reduzindo o número de proponentes necessário para apresentar uma candidatura
- Reduzindo as exigências da composição das listas quanto a sectores necessariamente representados.

3- Reformular o funcionamento, composição e atribuições do Conselho Geral

O Conselho Geral foi criado com a aprovação dos actuais estatutos. Pretende ser um órgão de “representação” eleitoral das diferentes tendências ou grupos organizados no seio dos sindicalizados. É, de certa forma, uma exigência da legislação geral actual. Contudo, o modo de constituição “tripartida” (eleitos directamente, delegados sindicais e “membros indicados pela direcção”) não se tem mostrado funcional. Torna-se necessário repensar a sua composição e funcionamento.

4 - Definir com clareza as condições para ser sócio

É necessário impedir a lamentável e oportunística prática dos que se sindicalizam e dessindicalizam de acordo com as conveniências. É necessário clarificar quem pode ser sócio do SPGL

5 - Discussão em torno de como rejuvenescer o sindicato e renovar a sua liderança

Há quem defenda a limitação de manda-

tos para os dirigentes sindicais, medida que, contudo, parece ser ainda muito minoritária. Contudo este é um problema que tem que ser equacionado. Os dirigentes sindicais não devem estar demasiados anos afastados das suas escolas nem permanecer “eternamente” nos lugares cimeiros da direcção.

6- Definir regras de funcionamento para a Assembleia Geral de Sócios

As assembleias de sócios do SPGL, como a de todos os outros sindicatos, tornaram-se assembleias pouco concorridas. Fará sentido que uma direcção, eleita por 6 ou 7 mil sócios se veja obrigada a cumprir decisões tomadas por 40 votos contra 37 e 18 abstenções? Obviamente, porém, a Direcção não limitará a intervenção dos sócios. Todas as propostas que vierem a ser apresentadas serão divulgadas em condições de igualdade e sujeitas à votação, de acordo com as regras que entretanto forem aprovadas.

Decisão sobre a saída ou permanência na Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos

Na mesma data, os sócios do SPGL votarão a saída ou permanência na Confederação de Quadros, situação sobre a qual se darão os necessários esclarecimentos durante o período de debate. ■

A Profissionalização pela Universidade Aberta

As Componentes reivindicativa e de **luta pelos direitos dos Professores**

OSCAR SOARES
Direcção do SPGL

Como foi sinteticamente apresentado num artigo publicado no número anterior do Escola-Informação, a concretização da profissionalização por parte dos professores com habilitação própria assume-se como um aspecto particular da acção pelos direitos dos professores, nomeadamente pelo seu direito ao trabalho e à estabilidade profissional.

Os diversos modelos de profissionalização que o movimento sindical docente tem conseguido impor/negociar com o Ministério da Educação têm de ser vistos nesse quadro reivindicativo e na sequência de outros processos, como seja, o que levou à obtenção do Subsídio de Desemprego.

Se é verdade que os professores, como os restantes trabalhadores, querem é ter emprego e não subsídio de desemprego, necessitamos de agir face à realidade que temos e a existência de desemprego originou a luta pela concessão do respectivo subsídio.

Do mesmo modo, a concretização da profissionalização não significa uma garantia de emprego para os que a conseguem completar, mas, tão só representa a **possibilidade** desses profissionais poderem continuar a concorrer e poderem vir a ingressar na carreira docente, onde de facto – mas não legalmente – muitos já estão há vários anos.

Importa, portanto, ter presente que, complementarmente a esta acção de

viabilização do acesso às condições que garantem a possibilidade de ser colocado, é essencial **garantir a existência de postos de trabalho.**

Esta exigência não corresponde à criação de postos de trabalho artificiais, fazendo do Ministério da Educação uma agência de emprego, como este por várias vezes alegou recusar-se a ser, mas, garantir a existência do número de horários correspondentes às justas necessidades de uma escola de qualidade.

Não é isso que se tem passado, pelo contrário, o Ministério da Educação, pelas medidas que implicam a extinção de lugares, assume-se na verdade como uma “agência de desemprego” e de “degradação da qualidade da Escola Pública”, de que são meros exemplos a passagem, im-



posta no novo ECD, do horário base dos professores do Ensino Secundário de 20 para 22h o que implicou que pelo menos 2.000 horários fossem extintos. Mais alguns milhares de postos de trabalho foram extintos em resultado da passagem das horas de redução correspondentes ao exercício das funções de coordenação pedagógica da componente lectiva para a não lectiva.

Graças ao desaparecimento destes milhares de horários o Ministério da Educação pôde dar-se ao luxo de prescindir dos professores de habilitação própria, não só recusando a sua vinculação como exige o movimento sindical docente, mas impedindo-os de concorrer no concurso nacional.

E se, apesar de tudo, necessita de muitos destes professores para preencher os últimos horários existentes nas escolas, esses colegas que não podem concorrer ao concurso nacional, nem integrar a bolsa de recrutamento, vão ser “aproveitados” através das ofertas de escola – em condições contratuais e profissionais extremamente penalizadoras.

Importa por isso globalizar a acção e fazer da luta pela Revisão do ECD, pela negociação dum outro modelo de avaliação que não o que o Ministério da Educação pretendeu impor, pela recusa da prova de ingresso, objectivos complementares da luta pelo direito ao emprego, pela estabilidade de emprego, pelo direito a concorrer, pela concretização do direito à profissionalização.

Os diversos modelos de profissionalização que impusemos ao Ministério da Educação desde 2005 profissionalizaram, ou estão ainda a profissionalizar, cerca/mais de 4.000 colegas.

Se isto é importante, não devemos esquecer o conjunto de colegas que ainda não concretizaram a sua profissionalização.

Em primeiro lugar estão os colegas que na data limite de 31 de Agosto de 2009 não possuem os 6 anos de tempo de serviço necessários para no quadro legal existente terem acesso à profissionalização, mas possuem mais de cinco anos, de tal modo que em 31 de Agosto de 2010 podem ter já os 6 anos por estarem colocados neste ano lectivo

vo e portanto permitindo validar a profissionalização que entretanto fizeram condicionalmente.

O Ministério da Educação, através da sua Secretaria de Estado da Educação, chegou a concordar com a legalidade e razoabilidade da viabilização da profissionalização para estes professores. Contudo, ao aproximar-se o final do seu mandato, devido à realização das eleições legislativas, fugiu às suas responsabilidades não publicando o necessário despacho alterando a data limite de 31 de Agosto de 2009 para 31 de Agosto de 2010.

Face a este posicionamento incompreensível e reprovável pelo que significa de prejuízos para algumas centenas de professores, sem vantagem para ninguém, inclusive para o Ministério e suas opções políticas e de gestão financeira, o SPGL – e a sua Frente de Contratados, articulados com a FENPROF, decidiram avançar com a Universidade Aberta na única solução viável para estes colegas:

- efectuar a sua profissionalização condicionada a completarem os 6 anos de serviço até 31 de Agosto de 2010 sem garantia da sua aceitação como válida por parte do Ministério da Educação, pelo que assinam uma declaração afirmando ter conhecimento de que a sua contagem de tempo de serviço para estar nas condições requeridas aguarda a publicação do despacho correspondente pela Secretaria de Estado da Educação.

Para tal, desenvolver-se-ão as iniciativas que se revelem necessárias nomeadamente solicitando e concretizando reuniões com a Secretaria de Estado, e com os grupos parlamentares e com a Comissão de Educação da Assembleia da República.

Esta acção deverá efectuar-se em simultâneo com a realização da profissionalização condicionada e devidamente articulada com a acção conjunta dos professores e do Movimento Sindical Docente. ■



Não perca!

O DIA DA SAIA

Um filme sobre a escola ou sobre a sua impossibilidade?

A convite da distribuidora pode assistir, no Cinema São Jorge em Lisboa, à ante-estreia do filme “La Journée de la Jupe”, que terá no circuito comercial – onde circulará nos próximos dias - a tradução literal de “O Dia da Saia”. Retrata o total “estouranço” de uma professora a quem coube em sorte uma turma “problemática” (“sensible”, na versão francesa). Um daqueles conjuntos de jovens que transportam para o interior da escola e da sua turma todos os conflitos sociais, raciais, religiosos e pessoais que fazem o quotidiano do bairro em que vão crescendo. Talvez o filme assente numa relativa ambiguidade: a professora não é notoriamente brilhante em métodos de ensino, mas, por outro lado, mesmo completamente “passada” (desculpem-me o plebeísmo) mantém uma permanente defesa dos seus alunos(?) e de justiça relativa, mesmo numa situação difícil para ela. E de resto, parece não haver nenhuma pedagogia aplicável a quem não vai para a escola para aprender... A brutalidade da polícia, a inabilidade da ministra da Educação, a inutilidade pedagógica do director acabam por construir um quadro onde é legítimo perguntar se a escola como nós a entendemos hoje se não terá tornado uma impossibilidade para muitos adolescentes e para muitos professores.

Um pouco à margem do essencial do filme, a denúncia de uma comunicação social que, lá como cá, se preocupa mais com “a espuma” do espectáculo do que com a profundidade do que está em causa.

Acho que os professores ganham em ver este filme.

António Avelãs



Concursos, estatísticas e aldrabices...

A equipa do ministério da Educação que agora termina o mandato ficará para a história sobretudo pela prepotência e ligeireza com que tomou medidas avulsas, tentou desacreditar os professores mas também pela forma como, com dados estatísticos, procurou iludir a realidade e mostrar a bondade das suas medidas

Os concursos para recrutamento e mobilidade dos docentes não escaparam... Alterou a legislação e o mecanismo dos concursos introduzindo “ruído” e confusão no modelo que ainda dava os primeiros passos.

Obrigou os docentes dos quadros de zona pedagógica a concorrerem para quadros de escola e/ou agrupamento com o objectivo de acabar com os QZP. Medida que nem estava prevista no ECD recentemente revisto pela mesma equipa.

Impediu um largo conjunto de docentes dos quadros de escola/agrupamento de concorrer ao concurso nacional – os docentes “promovidos” à categoria de professores titulares. Medida omitida no momento em que se realizou o tal “concurso” a titular.

Impediu os docentes portadores de habilitação própria de concorrerem aos concursos nacionais.

Retirou do concurso nacional um conjunto de escolas – os TEIP – criando um concursos por oferta de escola, numa primeira fase, apenas para docentes dos quadros.

Na contratação, acabou com as colocações cíclicas e criou uma nova figura “bolsa de recrutamento” onde as escolas tentam “pescar” os docentes que necessitam, supostamente, para agilizar a colocação dos docentes que têm em falta.

Para completar o quadro, alargou o

concurso por oferta de escola a um número significativo de situações – TEIP, projectos, novas oportunidades... Justificação – o exercício da autonomia das escolas traduzido no direito das escolas escolherem os seus professores!

Como resultado destas brilhantes medidas as escolas e os docentes têm vivido uma situação de profunda confusão e instabilidade. Como há vários anos não acontecia, decorrido um mês sobre o início do ano lectivo ainda faltam docentes nas escolas.

O concurso nacional foi aberto com um número muito limitado de lugares de quadro relativamente ao número de docentes que podiam e/ou eram obrigados a candidatar-se (os QZP). Muito cedo se verificou que o número de vagas colocadas a concurso não era suficiente para a totalidade dos docentes dos QZP! Resultado: houve alguma mobilidade, é certo; criaram-se injustiças porque, com a alteração das regras, as listas graduadas foram completamente alteradas. Por outro lado, após três anos sem qualquer concurso para ingresso nos quadros e apesar dos cerca de 5000 docentes que se aposentaram, apenas ingressaram nos quadros 396 docentes.

Contudo, assistiu-se ao secretário de Estado Valter Lemos a anunciar a colocação de milhares de docentes nos quadros de escola/agrupamento omitindo, obviamente, que esses milhares de docentes colocados eram docentes

que transitaram obrigatoriamente dos QZP com o conseqüente encerramento dos lugares de quadro que deixavam. Novas entradas foram umas escassas 3 centenas.

O concurso por oferta de escola para os TEIP revelou-se outro engano – a justificação para a restrição do concurso aos docentes dos quadros, “por serem os mais experientes”, não resistiu ao primeiro impacto: em resultado do concurso dos docentes dos quadros, as escolas TEIP ficaram sem a esmagadora maioria dos docentes que, legitimamente, concorreram para outras escolas/agrupamentos. O ano iniciou-se nesses agrupamentos com falta de dezenas de professores que as escolas entretanto tiveram de contratar directamente de entre os menos experientes – os tais docentes contratados que, antes, tinham sido impedidos de concorrer aos quadros daquelas escolas por serem inexperientes!

Finalmente a colocação em simultâneo, através da bolsa de recrutamento e da oferta de escola, desencadeada para a generalidade dos grupos de recrutamento (anteriormente, restringia-se, numa 1ª fase, aos docentes dos grupos de técnicas especiais) tem originado uma enorme confusão em algumas escolas, situação que já não ocorria há vários anos.

Para além das regras de funcionamento de ambas as modalidades serem genericamente ao arrefio do que tem sido a

tradição das colocações (respeito pela graduação e preferências dos candidatos) criarem situações de injustiça e incompreensíveis para os docentes, também as escolas e os alunos estão a ser vítimas da inovação introduzida. Está a assistir-se a uma enorme rotatividade de docentes que, no uso legítimo de um direito conferido pela lei, procuram obter a melhor colocação possível mesmo quando têm de denunciar contratos. É assim que ainda hoje há alunos sem professor ou alunos já com vários professores na mesma disciplina/ano...

De qualquer forma, apesar de todo este quadro, o que o mesmo secretário de Estado Valter Lemos passou para a opinião pública foi que este ME trabalhou muito bem, colocou os docentes a tempo e horas e até colocou muitos mais que nos anos anteriores, anunciou mesmo que até Dezembro serão colocados cerca de 40000 docentes contratados... Milhares, de facto, com contrato mais precário, a grande maioria com horário incompleto, é certo, mas serão milhares! Até serão colocados os docentes com habilitação própria, aqueles tais que foram impedidos de concorrer ao concurso nacional!

É por tudo isto que também a legislação dos concursos tem de ser alterada... Com este quadro é indefensável não só a manutenção destas regras como a não realização de concurso nacional para ingresso e mobilidade nos quadros durante os próximos quatro anos. A tal medida que José Sócrates associa insistentemente à estabilidade das escolas! Temos razões mais que suficientes para exigir novo concurso, com novas regras, já no próximo ano! ■

O horário de trabalho é p

Apesar do despacho que regula a organização e elaboração do horário semanal dos docentes não ter sido alterado, algumas escolas insistem na interpretação abusiva e mesmo ilegalidades do Despacho n.º 19117/2008 de 17 de Julho.

É portanto necessário voltar a recordar.

Pré-escolar e 1º CEB

| Horário de trabalho semanal de acordo com o Cap. X do ECD e Despacho n.º 19117/2008 de 17 de Julho | | |
|--|--|--|
| Componente lectiva e não lectiva (registada no horário) b) | | Componente trabalho individual (não registada no horário) c) |
| Componente lectiva | Componente não lectiva de estabelecimento a) | 8 h (no mínimo) |
| 25 h | 2 h (no máximo) | |

a) As actividades da componente não lectiva de estabelecimento deverão ser de atribuição específica no horário de cada um dos docentes, ou seja cada docente realizará alguma(s) das actividades que preenchem o trabalho de estabelecimento, e não todas as referidas no 6º do despacho. De referir:

- i. Avaliação de desempenho de pessoal docente; [ponto 1 do art. 6º do despacho]
- ii. A supervisão pedagógica das actividades de animação e de apoio à família na Educação Pré-escolar e acompanhamento na execução das actividades de enriquecimento curricular no 1º CEB [ponto 2 do art. 6º do despacho];
- iii. A frequência de acções de formação contínua que incidam sobre conteúdos de natureza científico-didáctica bem como as relacionadas com as necessi-

dades de funcionamento da escola definidas no projecto educativo [ponto 1 do art. 6º do despacho];

iv. A participação em reuniões de natureza pedagógica legalmente convocadas como departamento, estabelecimento ou de ano [alínea c) do art. 82º do ECD] exceptuando-se as que decorram de necessidades ocasionais [ponto 2 do art. 2º do despacho];

v. O número de horas destinado a actividades de complemento e enriquecimento curricular no âmbito da ocupação plena dos alunos não pode exceder 50% da componente não lectiva de estabelecimento atribuída ao docente [ponto 9 do art. 13º do despacho];

vi. O Apoio ao Estudo, no âmbito do 1º CEB, deve ser realizado por docentes sem horário lectivo atribuído, com

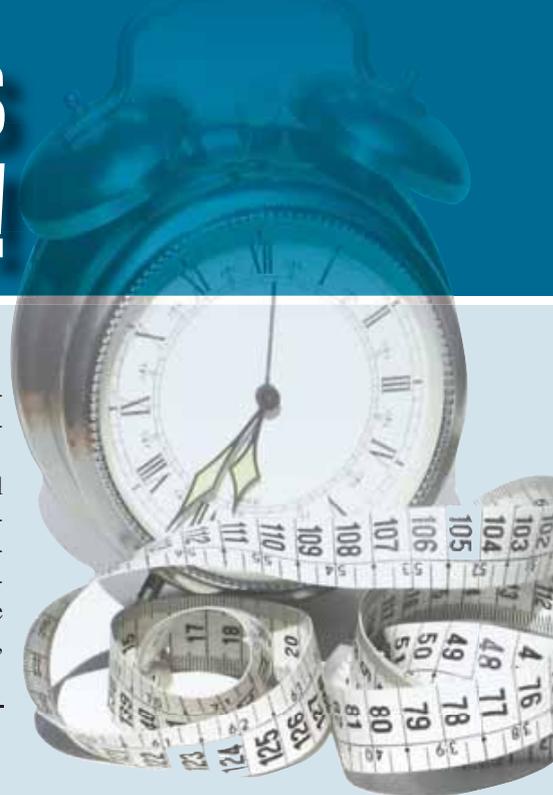
Trabalho dos docentes deve ser respeitado!

insuficiência de tempos lectivos, com dispensa da componente lectiva, por docentes de apoio educativo ou por qualquer docente do agrupamento na sua componente não lectiva de estabelecimento e como último recurso o professor titular de turma [ponto 2 do art. 6º do despacho];

b) De acordo com o art. 83º, do ECD, todo o serviço prestado pelos docentes

para além do número de horas registadas no seu horário de trabalho é considerado trabalho extraordinário.

c) A componente de trabalho individual não pode ser inferior a 8 horas na educação pré-escolar e no 1º CEB não incluindo nestas a participação nas reuniões de natureza pedagógica legalmente convocadas como de departamento, estabelecimento ou de ano.



2º e 3º CEB Secundário e Educação Especial

Horário de trabalho semanal de acordo com o Cap. X do ECD e Despacho n.º 19117/2008 de 17 de Julho

| Componente lectiva e não lectiva (registada no horários) – c) | | | | Componente trabalho individual (não registada no horário) | | |
|---|--|-----------------------|---------------------|---|----------------------|---|
| Componente lectiva (blocos de 90') | Componente não lectiva de estabelecimento (blocos de 90') b) | | | Até 100 alunos | 100 ou + alunos | |
| | Até 100 alunos | 100 ou + alunos | Redução art. 79º | | | |
| | a) | 1,5 bloco (no máximo) | 1 bloco (no máximo) | 10 horas (no mínimo) | 11 horas (no mínimo) | |
| 11 | 1 | | | | | 0 |
| 10 | 1 | | | | | 1 |
| 9 | 1 | | | | | 2 |
| 8 | 0,5 | | | | | 3 |
| 7 | 0,5 | 4 | | | | |

a) Apoios educativos e/ou actividades de enriquecimento e complemento curricular. No caso da Educação Especial destina-se a reuniões com os DT/ Titulares de grupo/turma e o previsto no Despacho n.º 10856/2005 de 13 de Maio.

b) O número de horas destinado a actividades de complemento e enriquecimento curricular no âmbito da ocupa-

ção plena dos alunos não pode exceder 50% da componente não lectiva de estabelecimento atribuída ao docente (ponto 9 do n.º 13 do Despacho n.º 19117/2008)

c) De acordo com o art. 83º, do ECD, todo o serviço prestado pelos docentes para além do número de horas registadas no seu horário de trabalho é considerado trabalho extraordinário.

Os quadros apresentados nestas páginas procuram sistematizar a organização dos horários no respeito pela Lei. Consulta também o documento da FEN-PROF com perguntas e respostas sobre este assunto. NA DÚVIDA CONSULTA O DELEGADO SINDICAL DA TUA ESCOLA OU O TEU SINDICATO

DEFENDE E EXIGE RESPEITO PELOS TEUS DIREITOS

Ilegalidades no Grupo GPS

testemunho na primeira pessoa

Escola Técnica e Profissional de Mafra

Recebemos a denúncia, que abaixo transcrevemos, de um sócio que, por motivos pessoais, não se quer identificar. Pela importância do assunto resolvemos publicá-la na íntegra.

Após saber que estavam a precisar de uma professora de Português, nesse estabelecimento de ensino, liguei para lá e, no dia seguinte, fui a uma entrevista com o Director Pedagógico. Na entrevista perguntei em que período decorriam as aulas e foi-me

garantido que as aulas se iniciavam às 9h00 e terminavam às 18h00. Aceitei as condições e no dia seguinte já estava a trabalhar tendo um horário das 9 às 17.30 com uma hora e meia para almoço, uma vez que as aulas ainda não tinham começado. Isto perfaz 35 horas de trabalho semanal.

Passada uma semana, e sem contrato de trabalho ainda assinado, foi-me apresentado um horário de trabalho completamente diferente e ilegal tendo em consideração que um docente só pode ter 22 a 25 horas lectivas e aquele tinha 29 horas lectivas de 60 min. cada (quando só poderiam ser de 45 min.), reuniões até às 20 horas e **obrigatoriedade, mesmo não tendo aulas a certas horas, de permanecer na escola das 9 às 17.40 com somente uma hora para almoço.** Ou seja, quase **50 horas** de trabalho semanal senão mais, tendo em conta que a esse horário ainda teriam de somar as horas para aulas de substituição, orientação de alunos na Prova de Aptidão Profissional, reuniões de Coordenação de Área Disciplinar, Sala de Estudo, aulas de compensação, etc. Todas estas tarefas viriam a ser acrescentadas *a posteriori*, mas nunca chegariam a um

documento oficial da escola (daí que o meu horário, apenas tenha contemplado as horas lectivas, uma hora de reunião de Grupo Disciplinar e outras duas de Orientação Educativa).

Um desrespeito completo pelo docente, por quem quer trabalhar e pelo aluno que tem professores escravizados que não têm tempo para preparar as suas aulas (componente individual previsto no Contrato Colectivo de Trabalho do Ensino Particular e Cooperativo).

Quase nenhum professor colocado, neste momento, naquela escola tem contrato assinado. Foi-me dito, por colegas que lá tinham estado o ano passado, que só assinaram o contrato em Fevereiro/Março de 2009, quando o ano lectivo começou em Setembro de 2008. Informaram-me, também, que só tiveram acesso aos contratos nessa altura, porque o Grupo GPS foi alvo de uma intervenção da ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). Chegou também ao meu conhecimento que alguns docentes, que lá estão a leccionar, o fazem sem contrato, mas a recibos verdes.

Confrontei alguns colegas, que já trabalhavam há mais tempo na instituição, com a situação e pude verificar que não concordavam com a ilegalidade da mesma, mas que por medo, ou talvez receio de perderem os seus postos de trabalho, nunca manifestaram o seu desagrado ao director da escola.

Assim, visto que se tratava de muitas ilegalidades, atropelos ao que está contemplado na legislação e visto que o que inicialmente tinha sido acordado, na prática não se verificava, resolvi não permanecer mais nesta escola com estas condições. ■



Por uma sociedade mais justa e igualitária

Num ano de todas as eleições e na sequência do Congresso Feminista realizado em 2008, a UMAR decidiu lançar um Manifesto Feminista, com o objectivo de confrontar os partidos políticos com um conjunto de questões que integram a agenda política feminista para os próximos tempos.

Tratou-se de um processo de elaboração feito na base da auscultação de várias organizações, entidades, movimentos sociais e pessoas individualmente, em várias regiões do país, que quiseram dar os seus contributos para a elaboração deste documento. O objectivo era ouvir as vozes de quem tem algo a dizer, a reivindicar, a integrar numa agenda feminista que se quer ampla e em permanente re/elaboração. Deste processo de construção chegou-se a um documento que pode ser lido em www.umarfeminismos.org, lançado em 14 de Setembro na Fundação Calouste Gulbenkian e para cujo lançamento foram convidados todos os partidos concorrentes às eleições legislativas.

O Manifesto consiste em 87 medidas para 10 áreas fundamentais:

1. Violência de género e nas relações de intimidade
2. Mulheres, Trabalho e Poder
3. Educação/Formação
4. Mulheres Imigrantes
5. Mutilação Genital Feminina e outras práticas tradicionais



6. Nem vítimas nem escravas – direitos sociais para as mulheres que prestam serviços sexuais

7. Tráfico de Mulheres/Tráfico de Seres Humanos

8. Saúde e Direitos Sexuais Reprodutivos

9. Direitos LGBT

10. Participação política

Se analisarmos a área Mulheres, Trabalho e Poder, verifica-se o paradoxo de que, sendo as mulheres a maioria dos licenciados, elas continuam a ocupar cargos subalternos, são 52% dos desempregados, recebem em média menos 19% dos salários dos homens e a precariedade tem ainda uma maior carga sobre elas. O poder político e económico continua insensível às transformações sociais e o paradigma patriarcal e masculino mantém-se, como se nada

de novo acontecesse no mundo. Daí que persista a sobrecarga das tarefas domésticas e do cuidar, sendo que as mulheres realizam, em média, por semana, mais 17 horas de trabalho não remunerado do que os homens.

Quanto à Educação/Formação é dada à escola um papel de relevo no combate aos estereótipos e às desigualdades de género, nomeadamente através da utilização de uma linguagem não sexista, factor determinante na construção e na formação da personalidade das raparigas e dos rapazes. A educação para a igualdade faz-se desde o jardim de infância até aos mais altos níveis do ensino superior.

Este Manifesto Feminista tem toda a ambição que decorre da necessidade de lutarmos por uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os seus membros - mulheres e homens - tenham a oportunidade de usufruir de direitos, sem quaisquer discriminações. ■



“Porque é que estamos aqui? E porquê plantar as árvores?”. Na escola secundária D. Dinis, em Chelas, este é o segundo ano em que os seus alunos participam num evento internacional promovido pela ENO Tree Planting Day. Uma iniciativa que tem lugar a 21 de Setembro – Equinócio do Outono, declarado como Dia Internacional da Paz pela ONU - e visa, como é referido pelos seus promotores, “aumentar a consciência global sobre mudanças climáticas e da diversidade dos ecossistemas do planeta”.



Dia da Plantação da Árvore

Acreditemos que é possível fazer parte da mudança!



O ENO *Dia de Plantio* data de 2004 e tem vindo a envolver um número crescente de escolas por todo o mundo. O ano passado participaram estudantes e professores de 2000 escolas de 122 países. Ao todo foram plantadas 300.000 árvores.

Na iniciativa organizada este ano na escola D. Dinis estiveram envolvidos alunos de nove turmas do 7º ao 12º ano e CEF, e professores de Ciências, Educação Física, Filosofia, Geografia, Psicologia, Inglês e Físico-Química. Para além do clube Viva-Floresta-Vida.

Assim, um pouco depois do meio-dia de 21 de Setembro, alguns voluntários, entre alunos e professores, plantaram três pinheirinhos e um sobreiro da *maternidade florestal* da escola, na Mata do Vale Fundão. E leram, à vez, parágrafos do *Discurso para o dia da Plantação da Árvore*. Concretizando assim, nas palavras da professora Teresa Paula, “um acto simbólico de dádiva ao ambiente, de dádiva à floresta, no fundo de dádiva a todos nós – porque o ambiente é para todos nós”.

E como as arvorezinhas plantadas precisam naturalmente de cuidados e acompanhamento, uma turma do CEF de Acção Educativa, com a respectiva professora, comprometeu-se a, todas as semanas em que não chova, as ir regar. Por seu turno, o grupo do clube Viva-Floresta-Vida irá acompanhar e complementar os cuidados com as pequenas árvores.

Deste modo a escola inseriu-se num

movimento que, ao longo do dia, uniu escolas de todo o mundo. Como é referido no convite dirigido às escolas, crianças e grupos de jovens, “A plantação das árvores acontece sempre ao meio-dia horário local. As primeiras árvores serão plantadas na **Oceânia**, e à medida que o Sol e a Terra girem, o plantio continua **Ásia, África, e Europa**. Finalmente as **Américas do Sul e do Norte** plantam as árvores sendo que as últimas serão plantadas nas **ilhas Samoa**. Ao longo do dia, o mundo dá um passo gigantesco rumo a um estilo de vida mais ecológico.”

Hoje, somos uma grande família. Professores, alunos e convidados de cerca de 2000 escolas, em 130 países, plantam árvores conosco. Imagine, aproximadamente, 500 000 árvores plantadas ao longo do dia!

Se as escolas podem plantar este número de árvores num só dia, como é nos outros dias? Estamos a dar o nosso exemplo à comunidade e ao país e esperamos chegar a todos através desta mensagem. O nosso planeta não tem passageiros, somos todos a tripulação.

(do Discurso para o dia de Plantação da Árvore)

Mais informações estão disponíveis nos sites dos eventos:

ENO Tree Planting Day: <http://www.enotree-day.net>

“Hora de Acordar”: <http://www.avaaz.org/pt/tckctck map>



Foto: Jorge Caria I

A situação actualmente vivida no Ensino Superior foi tema de um debate promovido pelo Departamento do Ensino Superior e Investigação da FENPROF que, em vésperas do último acto eleitoral, a 16 de Setembro, reuniu, no salão nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, representantes de todos os partidos com assento parlamentar. Participaram Carlos Bravo Nico (PS), Pedro Lynce (PSD), Miguel Tiago (PCP), João Maria Condeixa (CDS/PP), Miguel Reis (BE) e Francisco Madeira Lopes (PEV). Um debate introduzido por Mário Nogueira, e moderado por Manuel Pereira dos Santos.

O financiamento do Ensino Superior e Investigação, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), a situação do Politécnico, o desemprego entre licenciados, o Estatuto de Carreira, foram alguns entre os múltiplos temas abordados. Naturalmente de perspectivas e com propostas diferentes. Considerando que “a legislatura não foi fácil”, o representante do **PS** afirmou que a política implementada pelo governo tinha trazido benefícios para o ensino superior e a investigação, muito embora

Os partidos e o ensino superior

haja “aspectos que poderiam ter corrido melhor”. E disse que o seu partido estaria disponível, face a “alguns problemas” levantados pelas reformas, para “melhorar no futuro”.

No que respeita ao sistema de financiamento, Bravo Nico diluiu-o considerando que “todas as entidades sofreram com a crise” e anunciou uma reformulação, sem especificar um modelo concreto. Sublinhou, entretanto, que as universidades têm que receber “um orçamento directo do Estado” e defendeu “um orçamento competitivo que induza à dinâmica das instituições”.

Pedro Lynce (**PSD**), que foi Ministro da Ciência e Ensino Superior no XV Governo Constitucional, indicou três objectivos essenciais: o reforço da autonomia das instituições de ensino superior, a igualdade no acesso à afectação de recursos e a melhoria da qualidade e da quantidade do ensino superior.

O representante do **PSD** observou que seria de manter o RJIES, apesar de algumas reservas, e defendeu um modelo de financiamento que passa pelo Estado e por receitas próprias das universidades (que incluiriam as propinas e a prestação

de serviços). Reconhecendo embora que, entre os alunos do superior, só “15% são das classes baixas”, afirmou não aceitar “novos impostos” e considerou essencial o reforço da acção social escolar.

A submissão do Ensino Superior a “interesses de mercado”, com os estudantes equiparados a clientes, foi denunciada por Miguel Tiago, do **PCP**, que pôs em causa três eixos da política actual: o Processo de Bolonha e a Estratégia de Lisboa, a lei de financiamento, o Estatuto de Carreira e o RJIES.

Em alternativa, o representante do **PCP** defendeu políticas em sintonia com “o que a Constituição consagra”, “um ensino gratuito para todos”, associando a gratuidade a exigências e critérios de qualidade e responsabilidade no financiamento do Ensino Superior.

Considerou como eixos fundamentais a saída de Portugal do processo de Bolonha, a revogação da lei do financiamento e a revogação do regime jurídico.

João Maria Condeixa, do **CDS/PP**, referiu o fraco investimento, a inadaptação do estatuto da carreira docente e a baixa percentagem de licenciados em relação à Europa, considerando, como desafios



para o ensino superior, a qualidade, a internacionalização e a competitividade. No que respeita ao financiamento, afirmou que deve assentar “na gestão eficiente dos recursos existentes”, defendendo ainda “um quadro fiscal atractivo” e as universidades como “prestadoras de serviços”.

“O mercado está a entrar no Ensino Superior”, alertou Miguel Reis, do **BE**, associando o actual RJIES à criação de fundações e à limitação de participação democrática nas instituições. Sublinhou igualmente, como outros participantes no debate, que o relativo aumento do Orçamento para a Ciência se faz em detrimento do destinado ao Ensino Superior, sujeito a uma real “asfixia financeira”. Em relação às propinas, e “dadas as circunstâncias”, indicou algumas “propostas menos radicais”, nomeadamente a sua indexação ao salário mínimo, a equiparação entre propinas de mestrado e de licenciatura e a isenção dos bolseiros. Deixou ainda mensagens de solidariedade com os professores do Politécnico, com os trabalhadores estudantes e os bolseiros, cujas bolsas não são actualizadas desde 2002.

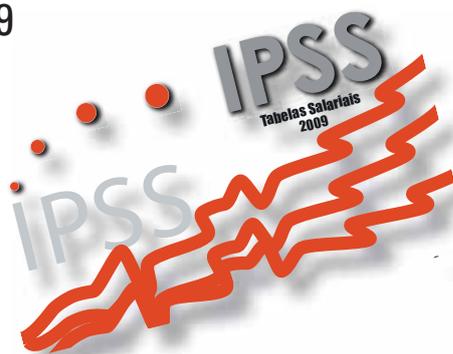
Francisco Madeira Lopes, de **Os Verdes (PEV)**, sublinhou o estrangulamento financeiro das instituições, que foram forçadas a aumentar as propinas, e condenou “a desresponsabilização do Estado” e a transferência de pesados encargos para as famílias.

Denunciou ainda a inversão do primado entre ensino – mercado e a subordinação da investigação à mercantilização.

Ao longo do debate que encerrou o encontro, foram abordadas questões como a qualificação do corpo docente, os diferentes modelos de financiamento da acção social escolar, a situação do Politécnico, a coexistência ou não das carreiras de docente e de investigador, as deficiências da Fundação para a Ciência e Tecnologia, o apoio às famílias e aos estudantes. Com excepção do PS, todos os partidos representados foram unânimes em considerar que o estatuto da carreira docente tem de ser alterado. ■

Negociação IPSS 2009

FENPROF não chega a acordo com a CNIS



Nos últimos meses, a FENPROF participou em várias reuniões com a CNIS visando a negociação de novas tabelas salariais para as IPSS's para o ano 2009.

Contudo, e apesar dos esforços da FENPROF na tentativa de chegar a um acordo com a CNIS sobre a matéria em negociação, esse acordo não foi possível, uma vez que as propostas apresentadas para a negociação da actualização das Tabelas salariais dos docentes ficaram muito aquém do que seria de esperar, face à conjuntura socioeconómica actual e tendo em conta o Protocolo de Cooperação que o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a CNIS assinaram no passado dia 29 de Julho, para o ano de 2009, que estabeleceu um aumento de 9% no financiamento por cada criança em Creche e para o pré-escolar, de acordo com o Despacho n.º 13501/2009, o aumento de 2,6%.

No final da negociação, a FENPROF informou a CNIS que irá denunciar esta situação junto dos ministérios da tutela (M.E. e M.T.S.S.), pois, neste momento, o apoio financeiro dado pelo Estado para as valências de educação está a ser desviado para outras valências.

Apesar do acima referido, a CNIS a apresentou as seguintes propostas:

- a) 1,7% de aumento no ingresso na carreira dos docentes correspondente a 0 anos, nível 9 da Tabela B;
- b) 1,2% de aumento para os restantes níveis da Tabela B;
- c) Desbloqueamento de um nível nas Tabelas B4 e B5 para os educadores de

infância e professores do 1.º ciclo que não se encontrem no exercício efectivo de funções docentes.

Envidou a FENPROF todos os esforços a fim de chegar a um consenso, apresentou contrapropostas razoáveis, aproximando-se, até ao limite do possível, das propostas da CNIS. Porém, o consenso não foi possível, pois, no entendimento desta Federação, a concordância com as propostas apresentadas desvirtuaria os nossos objectivos sindicais de defesa e garantia dos direitos dos docentes.

Consequentemente, a FENPROF entendeu que não estavam reunidas as condições para celebrar acordo, tanto mais que o apoio financeiro do Estado para as valências da educação para o presente ano tem, como ficou expresso acima, um aumento significativo.

Todavia, retém a FENPROF o compromisso por parte da CNIS, que, devido ao Protocolo assinado referente ao próximo ano lectivo, irá encetar negociações para a unificação do estatuto retributivo relativo às Tabelas B4 e B5 para os docentes que não estejam no exercício de funções docentes.

Para conhecimento dos nossos associados, brevemente enviaremos as tabelas dos docentes acordadas com outras frentes sindicais, a praticar nas instituições e que produzem efeitos a partir de Janeiro de 2009.

Para qualquer esclarecimento contacte o SPGL, através do departamento do Ensino Particular e Cooperativo e IPSS. ■

Professores e Educadores Aposentados

Plenário Sindical

No passado dia 1 de Outubro realizou-se no SPGL um plenário de docentes aposentados. Estiveram presentes 54 docentes que trocaram opiniões e sugestões para a organização e funcionamento do nosso departamento que conta actualmente com cerca de dois mil sócios.



Pudemos assim debater sobre as dificuldades e injustiças lançadas sobre os aposentados nomeadamente as regras de actualização das pensões através do designado IAS (Indexante dos Apoios Sociais), que tem como consequência uma actualização das pensões mais baixas igual à verificada na inflação e valores inferiores nas restantes, o que, conjugado com o aumento dos descontos para a ADSE e o aumento do IRS, provocou uma diminuição real bastante elevada nos rendimentos dos professores aposentados.

Foram referidas as grandes dificuldades

porque passam já alguns docentes aposentados mais antigos devido à degradação contínua das suas pensões, tendo sido aprovada uma moção apresentada por alguns colegas, cujo primeiro subscritor era o sócio Daniel Gonzalez, em que se exige “a equiparação de todas as pensões de aposentação aos vencimentos dos professores no activo, em idênticas condições profissionais”.

Salientadas também foram as acções sócio-culturais que o nosso departamento tem organizado como visitas a museus, idas a espectáculos, viagens turísticas e a realização dos cursos de informática que têm aberto as portas das novas tec-

nologias a muitos colegas. Já se realizaram 6 acções de iniciação em que estiveram presentes cerca de uma centena de docentes.

Pela assembleia foram sugeridas outras acções que irão ser ponderadas pela nova Comissão Coordenadora do Departamento.

Procedeu-se à eleição da nova Comissão Coordenadora do Departamento que passou a contar com os seguintes elementos: Bráulio Martins, Helena Gonçalves, Joaquim Pagarete, Jorge de Brito, Victor Chaves, José Manuel Vargas, Alina Sousa Marcelino, Maria Natália Bravo e Margarida Mascarenhas. ■

Alterações ao estatuto da Aposentação

•Decreto-Lei 498/72, de 9 de Dezembro •Decreto-Lei nº 238/2009, de 16 de Setembro

Este novo Decreto-Lei vem eliminar uma injustiça que existiu até agora.

Principais alterações:

- A possibilidade de os interessados poderem apresentar junto da Caixa Geral de Aposentações (CGA) os requerimentos para a aposentação voluntária até três meses antes de reunirem todos os requisitos para a aposentação, tal como se verifica actualmente no regime da segurança social.

- Cumulativamente, permite-se que, dentro de determinados condicionaismos, os requerentes possam indicar a data exacta em que pretendem que se

verifique a produção de efeitos do deferimento do pedido, desde que seja posterior ao mesmo e que estejam preenchidas as necessárias condições.

- Supletivamente, quando os utentes não indicarem qualquer data para a aposentação, é aplicável o regime legal que esteja em vigor à data da recepção do requerimento pela CGA, sendo considerada a situação de facto (remuneração, idade e tempo de serviço) que existir à data em que seja proferido o despacho da CGA.

- Por último, o presente decreto-lei determina a revisão oficiosa, de forma automática e com efeitos retroactivos reportados a 1 de Janeiro de 2008, de

todas as situações tratadas de acordo com a lei agora alterada (artigo 43º, do Estatuto da Aposentação na redacção dada pela Lei nº 52/2007, de 31 de Agosto), embora para actualização unicamente do factor tempo de serviço (contagem do período decorrido entre a data considerada – a entrada do requerimento na CGA – e aquela em que foi proferido o despacho de aposentação).

Estejam atentos a estas actualizações e, em caso de dúvidas, dirijam-se ao Serviço de Apoio a Sócios, do SPGL, que atende das 9h 30m às 20h. ■

5 de Outubro sob o lema**“Para construir o futuro, é preciso investir nos professores. Agora!”**

Com o belo Auditório da Escola Secundária de Camões cheio a FENPROF comemorou o Dia Mundial dos Professores numa sessão em que marcaram presença António Nóvoa, Reitor da Universidade de Lisboa, Mário Nogueira, secretário-geral e os presidentes/coordenadores dos sindicatos do continente, entre os quais António Avelãs, que presidiu à mesa. A intervenção de António Nóvoa, de grande clareza e de grande questionamento foi um dos pontos altos desta comemoração. Poderá ver o filme desta como da intervenção de Mário Nogueira nas páginas web do SPGL e da FENPROF. Não deixe de o fazer que vale a pena!

António Nóvoa retomou e actualizou os “desafios” da conferência que realizou a pedido da União Europeia, em Setembro de 2007.* Deixamos aqui alguns extractos que nos parecem ilustrativos desta intervenção.

O regresso dos professores à ribalta

“Estamos a assistir, nos últimos anos, a um regresso dos professores à ribalta, depois de quase quarenta anos de relativa invisibilidade. É certo que a sua importância nunca esteve em causa, mas os olhares viraram-se para outros problemas e preocupações: nos anos 70, foi o tempo da racionalização do ensino, da pedagogia por objectivos, do esforço para prever, planificar, controlar; depois, nos anos 80, assistimos a grandes reformas educativas, centradas na estrutura dos sistemas escolares e, muito particularmente, na engenharia do currículo; nos anos 90, dedicou-se uma atenção especial às organizações escolares, ao seu funcionamento, administração e gestão. (...) Os professores reaparecem, neste início do século XXI, como elementos insubstituíveis não só na promoção da aprendizagem, mas também no desenvolvimento de processos de integração que respondam aos desafios da diversidade e de métodos apropriados de utilização das novas tecnologias. (...) Estamos quase todos de acordo quanto

aos grandes princípios e até quanto às medidas que é necessário tomar para assegurar o *Desenvolvimento profissional dos professores para a qualidade e para a equidade da aprendizagem ao longo da vida*. (...)

Dito de outro modo: temos um discurso coerente, em muitos aspectos consensual, estamos de acordo quanto ao que é preciso fazer, mas raramente temos conseguido fazer aquilo que dizemos que é preciso fazer.

Talvez seja possível assinalar três medidas, que estão longe de esgotar as respostas possíveis, mas que podem ajudar a superar muitos dos dilemas actuais.

Primeira medida**É preciso passar a formação de professores para dentro da profissão**

A frase que escolhi para subtítulo – “É preciso passar a formação de professores para dentro da profissão” – soa de modo estranho. Ao recorrer a esta expressão, quero sublinhar a necessidade de os professores terem um lugar dominante na formação dos seus pares. Não haverá nenhuma mudança significativa se a “comunidade dos formadores de professores” e a “comunidade dos professores” não se tornarem mais permeáveis e imbricadas. O exemplo dos médicos e dos hospitais escolares e o modo como a sua preparação está concebida nas fases de formação

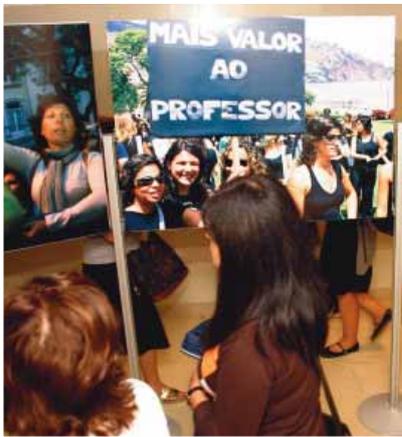
inicial, de indução e de formação em serviço talvez nos possa servir de inspiração. (...)

Segunda medida**É preciso promover novos modelos de organização da profissão**

Não é possível preencher o fosso entre os discursos e as práticas se não houver um campo profissional autónomo, suficientemente rico e aberto. Hoje, num tempo tão carregado de referências ao trabalho cooperativo dos professores, é surpreendente a fragilidade dos movimentos pedagógicos que desempenharam ao longo das décadas um papel central na inovação educacional. Estes movimentos, tantas vezes baseados em redes informais e associativas, são espaços insubstituíveis no desenvolvimento profissional dos professores. (...)

Através dos movimentos pedagógicos ou das comunidades de prática, reforça-se um sentimento de pertença e de identidade profissional que é essencial para que os professores se apropriem dos processos de mudança e os transformem em práticas concretas de intervenção.

Mas nada será feito se não se alterarem as condições existentes nas escolas e as políticas públicas em relação aos professores. É inútil apelar à reflexão se não houver uma organização das escolas que a facilite. É inútil reivindicar



uma formação mútua, inter-pares, colaborativa, se a definição das carreiras docentes não for coerente com este propósito. É inútil propor uma qualificação baseada na investigação e parcerias entre escolas e instituições universitárias se os normativos legais persistirem em dificultar esta aproximação. Numa palavra, não vale a pena repetir intenções que não tenham uma tradução concreta em acções e compromissos políticos.

Terceira medida

É preciso reforçar a presença pessoal e pública dos professores

Hoje, impõe-se uma abertura dos professores ao exterior. Comunicar com a sociedade é também responder perante a sociedade. Possivelmente, a profissão tornar-se-á mais vulnerável, mas esta é a condição necessária para a afirmação do seu prestígio e do seu estatuto social. Nas sociedades contemporâneas, a força de uma profissão define-se, em grande parte, pela sua capacidade de comunicação com o público. (...) Falta-nos talvez, como diz Ann Lieberman, a coragem de começar: “Apesar da urgência, é necessário que as pessoas possuam o tempo e as condições humanas e materiais para ir mais longe. O trabalho de formação deve estar próximo da realidade escolar e dos

problemas sentidos pelos professores. É isto que não temos feito. Quando os professores aprendem mais, os alunos têm melhores resultados”.

Recordo, para concluir, essa curiosa referência de John Dewey a uma escola de Chicago na qual se ensinava a nadar através de exercícios vários, sem que os alunos entrassem dentro de água. Um dia alguém perguntou a um destes jovens o que aconteceu no dia em que se lançou à água. A resposta veio pronta: “Afunde-me”. A história merece ser verdadeira, conclui John Dewey. No que diz respeito ao desenvolvimento profissional dos professores também não basta que nos exercitemos fora de água. É preciso dar passos concretos, apoiar iniciativas, construir redes, partilhar experiências, avaliar o que se fez e o que ficou por fazer. É preciso começar.

As principais exigências dos professores

Na sua intervenção, Mário Nogueira salientou a oportunidade do lema escolhido este ano para o Dia Mundial dos Professores e listou as principais exigências dos professores ao poder político que agora se renovou. “É, de facto, oportuno este lema e, principalmente, é importante que o

poder político e, de uma forma mais geral, toda a sociedade o conheçam, o tomem em boa conta e, sobre ele, reflectam.” (...)

“Estamos certos de que os novos tempos serão tempos de novas políticas e de novas práticas; estamos certos de que, como afirmámos quando o ECD do ME nos foi imposto, as trevas não duram para sempre; estamos certos que neste novo tempo, mais exigente, mas também mais desafiador, nós professores e educadores, porque amamos a nossa profissão e exercemo-la apaixonadamente, não iremos baixar os braços e continuaremos a dizer que queremos dar um rosto ao futuro... mas para que este nosso desejo se concretize é necessário, no presente, que nos deixem ser professores. É apenas essa a exigência que fazemos, mas não é menor, pois foi ela que nos trouxe a quase todos para rua, para a luta, para a afirmação pública da *Profissão de Professor* como uma profissão de futuro”. ■

*Iniciativa da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (Conferência subordinada ao tema “Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da Aprendizagem ao longo da Vida”, Lisboa, Parque das Nações, 27 e 28 de Setembro de 2007). A intervenção do Reitor da UL tinha como título “O regresso dos professores”



Saudade Simões
Educadora de Infância e Dirigente do SPGL

É preciso reinventar a Linguagem

Ouvimos muitas vezes dizer

“A salvação do planeta está nas mãos dos homens”, isto, reflecte a posição que o homem tem ocupado na história, reforçando assim o papel hierárquico e as relações de poder e dominação masculina na sociedade.

Deveria dizer-se “A salvação do planeta está nas mãos da humanidade”, pois mulheres e homens devem ter o objectivo de salvar o planeta

É fundamental estarmos conscientes da relação da linguagem com o conhecimento e a cultura. Sabemos que, só após a fase da aquisição da linguagem é que a pessoa consegue chegar à abstracção. A construção dos conceitos não é possível sem a linguagem, pois

ela apoia-se na interacção social do ser humano, logo não se aprende só a falar, mas a pensar. Enquanto ponto de partida social do pensamento individual, a linguagem é a mediadora entre o que é social, dado, e o que é individual, criador, no pensamento de cada pessoa. A linguagem não só constitui o ponto de partida social e a base do pensamento individual, como também influencia o nível de abstracção e de generalização desse pensamento, enfim, ela influencia o modo de percepção da realidade.

A experiência individual é influenciada por esquemas e estereótipos de origem social. O estereótipo sobressai na relação emocional do ser humano com o mundo. Por ser um processo não consciente, exerce a sua acção com uma força tanto maior quanto mais se identifica num todo unitário como conceito dentro da consciência humana. Daqui advém o perigo da linguagem, ela é de facto um instrumento mas, pode também ser um obstáculo. A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento, ela é interacção

e um modo de produção social, logo não é neutra, nem inocente, na medida em que está imbuída de intencionalidade, e nem natural, por isso ela é o lugar privilegiado de manifestação ideológica. Ao longo dos tempos, tem sido bastante evidente o papel da linguagem sexista no reforço dos estereótipos machistas que contribuem de certa forma para o desequilíbrio das relações sociais entre homens e mulheres, caracterizadas pelo binómio dominação/subordinação. Ao nascermos, o sexo é definido pela natureza, é biológico, já o comportamento diferenciado é construído e influenciado pela formação e educação que recebemos, logo o conceito de género é, antes de tudo, uma construção histórica e social, cujas referências partem das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica de sexo. Nas palavras de Simone de Beauvoir, não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres. Partindo dessa premissa, podemos concluir que: se levarmos em conta que o feminino e o masculino são determinados pela cultura e pela sociedade, as diferenças que se transformaram em desigualdades

são, portanto, passíveis de mudança.

Ora a linguagem é magia, é através dela que as pessoas entram em contacto umas com as outras, se relacionam, constroem as suas vidas.

A linguagem é um sistema de códigos, que não está acabada, nem fechada – embora tenha estruturas às vezes muito duráveis, é algo em constante construção e reconstrução – a não ser que esteja morta. Estando viva, a linguagem é um acto de criação ininterrupto, de (re) invenção. A língua também é liberdade. Então é preciso reinventar uma linguagem inclusiva, não apenas coerente com o que acreditamos, mas como forma de afirmarmos a pluralidade da sociedade.

A reconstrução duma linguagem inclusiva de género tem o objectivo de incluir, de trazer igualdade e está circunscrita a um processo de transformação cultural que terá de ser construído paulatinamente, na medida em que se houver o reconhecimento social de que mulheres e homens são seres humanos que se complementam, com direitos e oportunidades iguais perante a sociedade. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direcção: direccao@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9143
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
●Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel: 219212573 Fax: 219212559

●Parede
Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

●Vila Franca de Xira
Rua Serpa Pinto, 136 - 2º
2600-262 Vila Franca de Xira
Tel.: 263276486 Fax: 263276487
E-Mail: vilaf Franca@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste
●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt

●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém
●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt

●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt

●Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt

●Torres Novas
Lg. José Lopes dos Santos,
Edif. Santa Isabel - 2º

2350-686 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal
●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt

●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt

●Almada
Av. D. Nuno Álvares Pereira,
21 - 1º Esq
2800-179 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt

Página da Educação

Uma assinatura que vale mesmo a pena

Propriedade da Profedições, editora ligada ao SPN, A PÁGINA DA EDUCAÇÃO foi uma aposta liderada pelo João Paulo Serralheiro, mas continuará a desenvolver-se apesar da sua recente morte.

É exactamente porque é necessário continuar este magnífico projecto que o/a convidamos a assinar A PÁGINA DA EDUCAÇÃO.

Se ainda não conhece A PÁGINA DA EDUCAÇÃO, o SPGL poderá enviar-lhe, a seu pedido, o número 1 da nova série, ao preço de 3 Euros. Pode também adquiri-la na nossa sede e nas nossas delegações.



Começou por nos aparecer sob a forma de um jornal. Deu, há pouco tempo, um "salto": apresentou-se na forma de uma revista, de que foram já publicados dois números. Com excelente aspecto gráfico e sobretudo com excelente conteúdo, como aliás sempre teve.

Ser Assinante da Revista a Página da Educação

Dê apoio à existência desta revista.
Seja nosso assinante.

Imprimir e enviar para:

Profedições, Lda
R. D. Manuel II, 51-C, 2º Andar, Sala 2.5
4050 – 345 PORTO
(Portugal)

O pagamento é feito por cheque ou vale de correio em nome da editora **Profedições, Lda**, ou por transferência bancária para a conta com NIB **003507870002279873023**.

Nome: _____

Rua: _____

Código Postal: _____

País: _____

Número de contribuinte: _____

Profissão: _____ (facultativo)

E-Mail: _____ (facultativo)

Telefone: _____ (facultativo)

Esta assinatura tem início no mês de _____/2009
e termina no mês de _____/200_

Assinatura _____

Preços (euros)

Portugal:
1 ano - 12/10*
2 anos - 20/18*

Estrangeiro:
1 ano - 25
2 anos - 35

* Preço com desconto para estudantes, escolas, instituições e sócios dos sindicatos da FENPROF

Formulário Net

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Conhecer Lisboa



Palácio Beau Séjour

Dia 18 de Novembro

Com o objectivo de conhecer melhor esta nossa cidade, iremos organizar visitas periódicas dentro de Lisboa e nas terras circunvizinhas, sempre que ocorram eventos dignos de nota, tal como está a acontecer no Gabinete de Estudos, sediado no Palácio Beau Séjour.

Assim, propomos a visita a este extraordinário palácio, mandado construir pela Viscondessa da Regaleira por volta de 1849, na Quinta do Beau-Séjour, no **dia 18 de Novembro**

15h30m - visita guiada aos jardins e interiores do Palácio Beau Séjour
Visita à exposição ao ar livre "História de Lisboa/ Tempos Fortes"

18h00 – Conferência "Lisboa e a primeira República" por António Reis

Local de encontro - entrada dos jardins do palácio Beau Séjour (Estrada de Benfica, 368) - às 15h30m

(Autocarros - 716, 746, 758, 768, 754 / Paragem Metro - Alto dos Moinhos)

Nº limitado de inscrições - 25 pessoas

DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS
FICHA DE INSCRIÇÃO "CONHECER LISBOA" – 18 Novembro

Nome _____

idade _____ Nº de Sócio _____ Morada _____

_____ Localidade _____ C. Postal _____

_____ - _____ Telm. _____ E-mail _____

Acompanhantes (nome e idade): _____

Nota 1: A ficha de inscrição deverá ser enviada até ao dia 12 de Novembro, para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida nº 3, 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL.

Legislação

• **Portaria nº 609/09, de 5/6**
Aprova o modelo de registo de trabalho extraordinário e os elementos que deve conter.

• **Portaria nº 691/09, de 25/6**

Cria os cursos básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano e aprova os respectivos planos de estudo

• **Despacho nº 14724/09, de 1/7**
Determina o calendário escolar para o ano lectivo 2009/2010

• **Despacho nº 15059/09, de 3/7**
Alteração ao Despacho nº 13170/09, relativo a matrículas e renovação de matrículas

• **Portaria nº 731/09, de 7/7**

Cria o sistema de formação e de certificação em competências em TIC para docentes em exercício de funções nos estabelecimentos de ensino

• **Despacho nº 15772/09, de 10/7**
Repristina o nº 3 do Anexo XVI do Despacho nº 16872/08, que aprova os modelos de impressos das fichas de auto-avaliação e avaliação de desempenho

• **Despacho nº 15896/09, de 13/7**
Pagamento aos professores, relatores e especialistas das provas de exame de 2009

• **Despacho nº 16372/09, de 20/7**
Acumulação de férias

• **Despacho nº 16551/09, de 21/7**
Assessorias técnico-pedagógicas para apoio à actividade do cargo de director

• **Decreto-Lei nº 165-C/09, de 28/7**

Procede à primeira alteração do D.L. nº 165/06, que aprovou o regime do Ensino Português no Estrangeiro

• **Despacho nº 17398-3/09, de 28/7**

Actualiza as remunerações dos coordenadores e dos adjuntos de coordenação do Ensino Português no Estrangeiro

• **Despacho nº 17398-C/09, de 28/7**

Actualiza as remunerações do pessoal docente em exercício de funções no Ensino Português

Legislação

no Estrangeiro

- **Portaria nº 841/09, de 3/8**
Equiparação a bofeiro
- **Lei nº 60/09, de 6/8**
Estabelece o regime de aplicação da Educação Sexual em meio escolar
- **Lei nº 77/09, de 13/8**
Institui um regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico em regime de monodocência que concluíram o curso do Magistério Primário e de Educação de Infância em 1975/1976
- **Despacho nº 19255/09, de 20/8**
Define os requisitos formais do trabalho a anexar ao requerimento de realização da prova pública para admissão a concurso de acesso para lugares da categoria de professor titular
- **Decreto Regulamentar nº 14/09, de 21/8**
Prorroga a vigência do Decreto Regulamentar nº 1-A/09, de 5/1, que estabelece o regime transitório de avaliação de desempenho do pessoal docente da educação
- **Portaria nº 966/09, de 25/8**
Fixa as funções ou cargos a identificar como de natureza técnico-pedagógica
- **Lei nº 85/09, de 27/8**
Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade
- **Lei nº 90/09, de 31/8**
Aprova o regime especial de protecção na invalidez
- **Portaria nº 942/09, de 21/9**
Recrutamento de pessoal docente para grupos, subgrupos e disciplinas de formação artística do ensino artístico especializado da Música e da Dança
- **Decreto-Lei nº 270/09, de 30/09**
Alterações ao ECD (Novo ECD)

O Departamento da Cultura encontra-se em reestruturação. As sugestões devem ser enviadas para carloscastilho@spgl.pt



Departamento
de Cultura

ESPECIAL TEATRO



Teatro do Bairro Alto, Lisboa



• **IFIGÉNIA
NA TÁURIDA**
de Goethe

**De 24 de Setembro
a 1 de Novembro de 2009**
de terça a sábado às 21:30.
Domingos às 16:00



fotografia de Luís Santos e Paulo Cintra

Recriação poética Frederico Lourenço
Encenação Luis Miguel Cintra
Cenário e Figurinos Cristina Reis
Desenho de luz Daniel Worm
D'Assumpção Beatriz Bata, José Manuel Mendes, Luis Miguel Cintra, Paulo Moura Lopes e Vítor de Andrade. ■



Companhia do Chapitô, Lisboa

• **"HISTÓRIA DE QUEM
PERDE A SOMBRA"**

A partir do texto: **A Fabulosa História de Peter Schlemihl, de Aldelbert von Chamisso**



Estreia 22 de Outubro 2009
Companhia do Chapitô

Classificação etária: **6 anos**
Duração: **1 h**
Público-alvo: **a partir dos 6 anos – todos os públicos**

Peter Schlemihl vende a sombra ao homem do casaco cinzento em troca de uma bolsa que nunca se esvazia de moedas. Logo descobre que a riqueza não o faz feliz e, em vez do apaziguamento, conhece a rejeição de todos. Não ter sombra revela-se uma forma de não-existência. O homem do casaco cinzento consente em restituir-lhe a sombra em troca da sua alma. Peter recusa este negócio, perante uma plateia boquiab-

ta que grita, «aceita, Peter, aceita!» Mas mais do que não aceitar, Peter desfaz-se da bolsa e resolve iniciar uma viagem expiatória com um par de botas mágicas que encontrou na feira da ladra, com as quais percorrerá o mundo, dedicando-se a estudos naturalistas que o redimem da impossibilidade do convívio humano.

A 5ª peça da Companhia para o público mais jovem está na linha do que se tem vindo a desenvolver desde 2003, ou seja um laboratório onde se troca e partilha experiências com grupos e pessoas de diversificadas linhas criativas, abrindo as portas a novos e jovens artistas (autores, dramaturgos, actores, bailarinos, músicos, cenógrafos, figurinistas). A peça vai cruzar uma série de linguagens, donde se destaca a criação de objectos de João Calixto, manipulados pelos actores Leticia Lisenfeld, Leonor Cabral e Hugo Silva. A música é do maestro Paulo Brandão e Sílvio Rosado. ■



Progressão na Carreira

Professores Titulares

Como é sabido, com a publicação do DL n.º 15/07, de 19 de Janeiro, que procedeu à alteração do E.C.D., foi criada uma nova categoria na carreira docente – a de professor titular, (cfr. artigo 34.º, n.º 2). De acordo com o mesmo diploma legal a progressão dentro da referida categoria desenvolvia-se em 3 escalões com módulos de tempo de serviço com a duração de 6 anos a que correspondiam os índices remuneratórios 245, 299 e 340 (artigos 37.º do ECD e respectivo anexo).

Com a recente publicação do DL n.º 270/2009, de 30 de Setembro, que veio proceder a uma nova alteração do ECD, foi criado mais um escalão na categoria de professor titular que, assim, passou a integrar 4 escalões correspondentes a módulos de tempo de serviço com a mesma duração de 6 anos cada um.

O índice correspondente ao novo escalão da categoria é o 370, conforme consta do anexo ao ECD, agora alterado pelo citado DL n.º 270/2009.

Esta alteração legislativa tem vindo a desencadear uma procura de informações sobre o respectivo conteúdo pelo que é oportuno dar a conhecer o regime transitório de acesso ao novo escalão da referida categoria pelos docentes que se encontram no 3.º escalão.

Tal regime encontra-se sediado no artigo 7.º, n.º 7 do mesmo Decreto-Lei nos seguintes termos:

- Até ao final do ano civil de 2012 acedem os docentes que se encontrem posicionados no índice remuneratório do 3.º escalão, há pelo menos seis

anos e tenham obtido na avaliação de desempenho duas menções qualitativas de “Muito Bom” ou de “Excelente”;

- Nos anos civis de 2013 e 2014 acedem os docentes que estejam posicionados no referido índice remuneratório há pelo menos seis anos e tenham obtido, nos 3 ciclos de avaliação de desempenho, pelo menos uma menção qualitativa de “Muito Bom” ou “Excelente” e nenhuma inferior a “Bom” (por ex: uma avaliação de Muito Bom e duas de Bom, uma avaliação de Excelente e duas de Bom, duas de Excelente e uma de Muito Bom ou de Bom ou o inverso, etc);

- Finalmente, a partir do ano de 2015 acederão ao 4.º escalão da categoria de professor titular os docentes que se encontram posicionados no índice correspondente ao 3.º escalão há pelo menos seis anos e tenham cumprido os requisitos previstos no artigo 37.º do E.C.D., ou seja: tenham permanecido um período mínimo de serviço docente efectivo no escalão anterior, com pelo menos, três períodos de avaliação de desempenho em que seja atribuída a menção qualitativa mínima de Bom e tenham terminado, com aproveitamento, módulos de formação contínua que correspondam, em média, a 25 horas anuais, no período em avaliação.

Cumpridos estes requisitos a progressão ao 4.º escalão da categoria de professor titular ocorre na data em que o docente perfizer o tempo de serviço no escalão, assistindo-lhe o direito à remuneração correspondente ao novo escalão, a partir do primeiro dia do mês subsequente a esse momento e reportado àquela data. ■



TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 87778

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE 009172005GRL
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL



CONVOCATÓRIA

Revisão dos Estatutos do SPGL

Decisão de permanência ou não na Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos

Ao abrigo dos artºs 112º, 55º § 1º, 2º e 3º e 57º convocam-se todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sindicais para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar descentralizadamente, em locais a divulgar em tempo oportuno, no **próximo dia 10 de Dezembro de 2009**, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1. Votação da(s) proposta(s) de Revisão dos Estatutos do SPGL.
2. Decisão sobre a permanência ou não do SPGL na Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos.

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

- A apresentação de propostas sobre a revisão dos Estatutos e de posições sobre a permanência ou não do SPGL na Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos deverá ser feita até às **17h00 do próximo dia 30 de Outubro**, na sede do Sindicato (R. Fialho de Almeida nº 3, LISBOA).
- Após a apresentação de propostas, a MAG, a quem compete a organização e direcção do processo, realizará, **até 5 de Novembro**, uma reunião com representantes dos proponentes para eventual compatibilização de propostas e para definição da estrutura dos boletins de voto, os quais deverão indicar claramente as opções de voto.

DIREITO DE VOTO

- Terão direito de voto os sócios que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos. Consideram-se associados no pleno gozo dos seus direitos, nos termos do nº 4 do artº 91º dos actuais Estatutos, alíneas a) e b), os sócios do SPGL que tenham pago até 30 de Setembro todas as quotas, nos casos em que sejam devidas;
- Terão ainda direito de voto:
 - . os professores que, nos termos do artº 14º dos Estatutos, tendo sido associados no SPGL e tendo mudado para outro Sindicato da FENPROF e aí tenham pago as suas quotas, regressem à área do SPGL, tendo o seu processo dado entrada nos serviços do Sindicato até ao dia da convocação da Assembleia Geral de Sócios (15 de Outubro) e tendo pelo menos uma quota paga até ao final do mês seguinte ao da sua convocação (30 de Novembro de 2009);
 - . os professores que se sindicalizem pela primeira vez, tendo o seu processo dado entrada nos serviços do Sindicato até ao dia da convocação da Assembleia Geral de Sócios (15 de Outubro) e tenham pelo menos uma quota paga até ao final do mês seguinte ao da sua convocação (30

de Novembro de 2009).

- Uma listagem geral contendo a situação sindical de cada associado, poderá ser consultada na sede e nas delegações do Sindicato a partir da data de convocação da Assembleia Geral de Sócios para que, até ao dia 22 de Outubro, se possa proceder a eventuais correcções.

EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

- Funcionarão mesas de voto na sede e delegações do SPGL, bem como em todos os núcleos sindicais que, até 10 dias úteis antes da data da votação, declarem assegurar o seu funcionamento, designadamente através da indicação nominal de 3 sócios do SPGL responsáveis pela mesa. As mesas serão divulgadas no site do SPGL a partir de dia 27 de Novembro.
- O voto é directo, secreto e universal.
- Não é permitido o voto por procuração.
- É permitido o voto por correspondência desde que, cumulativamente:
 - . Os boletins de votos sejam dobrados em quatro, com a parte impressa voltada para dentro, e introduzidos em envelope branco, fechado;
 - . O referido envelope seja introduzido, juntamente com o original da credencial recebida, no envelope de resposta sem franquia ou de remessa livre;
 - . Este último envelope, já endereçado, seja remetido por correio postal para o apartado criado para o efeito.
- Só são considerados os votos por correspondência com carimbo dos correios até ao dia da Assembleia Geral Eleitoral, recebidos até ao terceiro dia útil seguinte (15/12/2009).
- Os votos por correspondência serão abertos na sede do Sindicato, depois de recebida toda a documentação de todas as mesas de voto, e de se verificar, pela descarga no caderno eleitoral, não ter o associado votado em nenhuma delas mediante apresentação de credencial, sendo eliminado o voto por correspondência se tal tiver acontecido.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS MESAS DE VOTO

Sede e Delegações do SPGL: 10h00 às 20h00.
Restantes mesas sem ensino nocturno: 10h00 às 17h00.
Escolas com ensino nocturno: 10h00 às 19h00.

Lisboa, 15 de Outubro de 2009

A Mesa da Assembleia Geral
O Presidente
Artur Oliveira Moura Baptista